



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E
SECRETARIADO EXECUTIVO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JULIANE DA SILVA CIRÍACO

O EMPREGO FORMAL DO IDOSO NO CEARÁ:
2000-2010

FORTALEZA

2012

JULIANE DA SILVA CIRÍACO

O EMPREGO FORMAL DO IDOSO NO CEARÁ:

2000-2010

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Antônio Lisboa Teles da Rosa

FORTALEZA

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Federal do Ceará

Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

C525e Ciríaco, Juliane da Silva.

O emprego formal do idoso no Ceará: 2000 a 2010 / Juliane da Silva Ciríaco. – 2012.

61 f.; il.; enc.; 30 cm.

Monografia (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2012.

Orientação: Prof. Dr. Antônio Lisboa Teles da Rosa.

1. Mercado de trabalho – Ceará 2. Idosos - emprego I. Título.

CDD 330

JULIANE DA SILVA CIRÍACO

O EMPREGO FORMAL DO IDOSO NO CEARÁ:

2000-2010

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Data da aprovação: ____/____/____

Prof. Antônio Lisboa Teles da Rosa (Orientador)
Universidade Federa do Ceará (UFC)

Prof. Marcelo de Castro Callado (Examinadora)
Universidade Federa do Ceará (UFC)

Prof.^a Sandra Maria dos Santos (Examinadora)
Universidade Federa do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTO

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pela força e coragem para seguir nessa longa caminhada.

Aos meus pais, pela dedicação, incentivo e carinho durante a vida.

Aos meus amigos, familiares e colegas de faculdade, pelo apoio, amizade e companheirismo.

Ao professor Antônio Lisboa Teles da Rosa, pela orientação e por ter ajudado na elaboração deste trabalho.

A todos que, de forma direta ou indireta, auxiliaram no desenvolvimento deste estudo.

“A idade não é decisiva; o que é decisivo é a inflexibilidade em ver as realidades da vida, e a capacidade de enfrentar essas realidades e corresponder a elas interiormente.”

Max Weber

RESUMO

Diante do aumento da longevidade e um contexto de recente evolução da economia brasileira, este estudo consiste em analisar a situação do idoso no mercado de trabalho. Primeiramente tentou-se observar as transformações dentro do modelo capitalista de produção e o funcionamento do mercado de trabalho. Logo após analisa-se a situação da terceira idade no mercado de trabalho, dentro do núcleo familiar, previdenciário e por último no emprego formal cearense. Tal estudo embasa-se em dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), utilizando-se a delimitação de três períodos, mais especificamente os anos de 2000, 2005 e 2010. Diante do maior dinamismo da economia estadual, observou-se um crescimento de postos de trabalho para a terceira idade no Ceará, principalmente na Região Metropolitana de Fortaleza, representando um maior saldo de empregos entre as mesorregiões cearenses. Apesar disso, constata-se, certo grau de segregação etária entre os setores, onde há uma maior proporção no total de empregos direcionada para a grupo de não idosos. Dentro desse contexto, é de primordial importância políticas públicas direcionadas a terceira idade, diante do número cada vez mais crescente deste contingente e da complexidade do sistema previdenciário brasileiro.

Palavras-chaves: Mercado de trabalho, idoso, longevidade

ABSTRACT

Given the increasing longevity and a context of recent developments in the Brazilian economy, this study is to analyze the situation of the elderly in the labor market. First we tried to observe the changes within the capitalist model of production and operation of the labor market. Soon after we analyze the situation of elderly in the labor market, within the family, welfare and finally seniors formal employment in the state of Ceará. This underlies the study on data from the Annual Social Information (RAIS), using the definition of three periods, specifically the years 2000, 2005 and 2010. Given the dynamism of the state economy, there is a growing jobs for seniors in Ceará, mainly in the Metropolitan Region of Fortaleza, representing a greater balance of jobs between the mesoregions Ceará. Nevertheless, there is a certain degree age segregation between sectors, where there is a higher proportion in total employment for the targeted group of non-elderly. Within this context it is of paramount importance public policies aimed at seniors, before the ever-increasing number of contingent and the complexity of the Brazilian social security system.

Keys words: Job market, elder, longevity.

ÍNDICE DAS TABELAS

Tabela 1- Índice de Idosos nos países selecionados 1950-2050.....	23
Tabela 2- Razão de dependência das crianças e dos idosos e índice de envelhecimento segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1980/2000.....	27
Tabela 3- População Residente –Ceará, Nordeste e Brasil – 2000/2010.....	33
Tabela 4 – Distribuição de emprego entre grupos de idade no Ceará 2000/2010.....	37
Tabela 5- Número de empregos formais, variação absoluta e relativa, segundo faixa etária no Ceará 2000 e 2010.....	39
Tabela 6 - Variação absoluta entre as mesorregiões no período de 2000 e 2010.....	40
Tabela 7 - Distribuição setorial entre os grupos de idade no Ceará 2000/2010.....	41
Tabela 8 - Idosos com 65 ou mais entre setores.....	42
Tabela 9 - Porcentagem da Distribuição de idosos por setores na Mesorregião.....	44
Tabela 10 - Emprego na Região Metropolitana de Fortaleza	46
Tabela 11 -Segregação ocupacional por idade nas Mesorregiões do Ceará.....	51
Tabela 12 - Setores de Atividade Econômica Selecionados em Fortaleza no Ano 2010.....	52

ÍNDICE DOS GRÁFICOS E FIGURAS

Figura 1 - Determinantes do desempenho do mercado de trabalho.....	18
Gráfico 1 - Projeção da populacional brasileira por sexo e idade: 1980-2050.....	25
Gráfico 2 - Distribuição da população por sexo segundo os grupos de idade em 2000 no Ceará.....	34
Gráfico 3- Distribuição da população por sexo segundo os grupos de idade em 2010 no Ceará.....	34
Gráfico 4- Taxa de crescimento de Pessoas economicamente ativas entre grupos de idade 2001/2009.....	35
Gráfico 5 - Taxa de Crescimento da PEA rural e urbano na terceira idade em 2001 e 2009.....	36
Gráfico 6 – Participação dos grupos de idade no emprego formal Cearense	38
Gráfico 7 - Taxa de crescimento do emprego entre faixas etárias no Ceará.....	39
Gráfico 8 -Taxa de crescimento do emprego entre as Mesorregiões entre 2000-2010.....	40
Gráfico 9 - Taxas de crescimento entre grupos de idade por setor no Ceará 2000/2010.....	43
Gráfico 10 - Distribuição da terceira idade nas mesorregiões do Ceará, no total de setores de atividade econômica no período de 2000 e 2010.....	45
Gráfico 11 – Taxa Crescimento entre grupos idade na RMF em 2000 e 2010.....	46
Gráfico 12 - Proporção de idosos em relação aos outros grupos etários em nível setorial cearense.....	50

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 TRABALHO E TERCEIRA IDADE.....	14
2.1 O que é o trabalho?.....	14
2.2 Mercado de trabalho e Funcionamento	18
3 TERCEIRA IDADE NO MERCADO DE TRABALHO CEARENSE.....	34
3.1 O idoso e o mercado de trabalho no Ceará.....	34
3.3 Segregação no mercado de trabalho Formal: uma análise explanatória por idade.	48
4 CONCLUSÃO	54
REFERÊNCIAS	56
ANEXO A.....	61

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, a percepção do que é estar na terceira idade modificou-se, décadas atrás a velhice estava associada tanto à incapacidade física como mental. Verifica-se uma mudança nesse tipo de pensamento, devido à melhoria de vida da população, principalmente entre os indivíduos idosos, que possuem mais vitalidade, melhor qualidade de vida e maior participação na renda familiar no decorrer do processo histórico do país.

O aumento da longevidade e melhoria da qualidade de vida resultou em um maior prolongamento do ciclo de vida do ser humano, que foi alcançado graças à existência de alguns fatores primordiais, tais como: avanços tecnológicos, científicos e medicinais. De acordo com Beltrão, Camarano e Kanso (2004) as projeções populacionais no país relacionadas à expectativa ao nascer da população masculina irá chegar, em torno de 79,5 anos e a feminina em 87,9 anos em 2020.

Segundo o Instituto de Pesquisa Brasileira de Geografia e Estatística - IBGE (2004) no período de 34 anos a população brasileira duplicou, ao se comparar os 90 milhões de pessoas da década de 1970, a população cresceu em 10 milhões de habitantes no período entre 2000 e 2004. No Brasil seremos em 2050 em torno de 259,8 milhões, sendo a expectativa de vida ao nascer por volta de 81,3 anos, a mesma do Japão.

Dentro desse novo contexto relacionado à autonomia física e mental da terceira idade, um novo dilema entra em destaque, ao analisar os impactos que a longevidade pode gerar diante da complexidade do regime previdenciário brasileiro, isso porque ele é falho, podendo de certa forma gerar déficits fiscais futuros.

Diante desse cenário, que envolve o processo de envelhecimento populacional, este trabalho consiste em identificar se tais mudanças no caráter populacional podem repercutir na força de trabalho e na geração de empregos a nível estadual, tentando assim observar se há dentro da conjuntura cearense, uma parcela maior de idosos inseridos no mercado de trabalho formal no período de 2000, 2005 e 2010.

A presente exposição foi realizada através de estudo bibliográfico, artigos, livros e internet. Foram utilizados dados no período 2000, 2005 e 2010 da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que disponibiliza informações relacionadas ao mercado de trabalho. O procedimento utilizado foi via coleta de dados, e o estudo bibliográfico, de forma analítica.

Cabe ressaltar que neste trabalho, devido a falta de maior desagregação da base de dados, considerou-se como pessoa idosa a faixa etária de idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, apesar de que na legislação brasileira seja igual ou acima de sessenta anos.

Este estudo se constitui por três seções, além dos elementos pré e pós-textuais. Na primeira seção foi definido o conceito de trabalho e o seu processo de evolução no mundo capitalista até o surgimento do mercado de trabalho, ressaltando seu funcionamento econômico. Ainda nesta seção se definiu algumas questões relacionadas ao idoso, e o seu papel laboral dentro da economia, ressaltando o processo do envelhecimento populacional e as suas respectivas repercussões no processo demográfico, previdenciário e mercado de trabalho brasileiro.

A segunda seção evidenciou-se a análise da situação da terceira idade no emprego formal cearense, tentando analisar os setores que estes estão mais alocados, sendo utilizado o índice de dissimilaridade de Duncan e Duncan, observando o grau de segregação entre os setores de atividade econômica.

E por último, na última seção, foram evidenciados os principais resultados entorno deste estudo, ressaltando e discutindo os aspectos relevantes e deixando as devidas considerações cabíveis.

Salienta-se que este estudo não visa encerrar o tema em foco, tendo em vista que é de enorme abrangência e envolve várias mudanças relacionadas aos sistemas econômicos locais, regionais e de todo o país, obtendo repercussão direta sobre a vida do idoso no que se detém ao mercado de trabalho, previdência e núcleo familiar. Cabe ainda destacar que o maior intuito desta análise é o de despertar o interesse da comunidade acadêmica e do governo para solucionar as problemáticas que a longevidade venha a trazer sobre as futuras gerações.

2 TRABALHO E TERCEIRA IDADE

Para melhor compreensão da atividade laboral do idoso, esta seção evidenciará primeiramente o conceito de trabalho e o seu desenvolvimento histórico, logo após será discutido o funcionamento e a situação da terceira idade no mercado de trabalho.

2.1 O que é o trabalho?

A definição da expressão trabalho segundo Albornoz (2000) se origina do latim *tripalium*, apesar de ser associado em outras hipóteses com nome *trabaculum*. Segundo esse autor, os dicionários em sua grande maioria, associam a palavra *tripalium* com uma ferramenta de tortura, o que acabou se tornando mais adiante, mas essa palavra era originalmente uma ferramenta usada pelos agricultores, nos quais eram feitos por três paus aguçados usados para bater trigo, milho e linho até rasgá-los e esfiapá-los. A *tripalium* esta relacionada com o verbo do latim vulgar “*tripaliare*”, que representa o significado de torturar.

Moraes et al.(2010) ressaltam a importância das ideias de Marx para a história da humanidade, frisando que o trabalho sempre se concretizará na capacidade eterna do homem em transformar a natureza, para tentar suprir suas necessidades, sempre internamente e de forma específica, designada na história, de organização social.

O processo de trabalho como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais.(MARX, 1985, apud MORAES et al., 2010, p.38).

De acordo Azêvedo (2008), o trabalho para Marx é um processo que é necessariamente do homem que o diferencia do labor humano em relação ao resto dos animais, pela capacidade no qual, ele pode antecipar seus projetos e de representar mentalmente o resultado de seu trabalho. Dessa maneira, o indivíduo, já imaginava o produto terminado anteriormente da própria atividade, contribuindo para o mesmo entendimento. Esse mesmo autor destaca que para Albornoz (2000) a compressão no trabalho humano existe através da presença de consciência, intencionalidade e liberdade, enquanto nos animais o esforço se realiza por meio do instinto.

Antigamente, o homem “trabalhava” para tentar suprir suas necessidades, produzindo para o próprio consumo, ou seja, em roupas, alimentos ou moradia. A partir da constituição dos povos e das primeiras sociedades, o trabalho se tornou recompensado por mercadorias, por meio de troca, surgindo o escambo. A partir de então, tornou-se possível adquirir um trabalho através de uma conversa, sem a necessidade de nenhum tipo de documento ou comprovação de experiência anteriormente. Aprendia-se a partir dali o ofício, o trabalho, nasciam-se os artesãos e os artífices (CIMBALISTA; RAFFAELLI, 2003).

A Sociedade se estrutura tanto historicamente como politicamente, quase em sua maioria, como consequência da expressão trabalho. Desde o início da humanidade com a era paleolítica através dos caçadores, passando para era medieval com os fazendeiros e artesãos, no século XX com operários da linha de montagem, chegando atualmente aos profissionais da área técnico-científica informacional, constituindo dessa maneira, o trabalho, como parte de fundamental importância para existência e razão de viver do ser humano (CIMBALISTA; RAFFAELLI, 2003).

Para Tiburcio (1979) as duas principais tendências no decorrer do desenvolvimento do trabalho capitalista foi em primeiro lugar, a transição dos trabalhadores de uma situação de auto-emprego para uma situação de emprego salarial em empresas capitalistas. Grande parte do processo de trabalho era realizada nos campos, em pequenos ateliers e em estabelecimentos comerciais familiares. Cada trabalhador possuía um vasto grau de controle tanto sobre a natureza quanto sobre produto do seu trabalho, por causa das próprias características da produção. O desenvolvimento do capitalismo industrial resultou na proletarianização de um número cada vez mais crescente de trabalhadores, com organização e controle do processo de trabalho cada vez maior. Já a segunda tendência, foi o surgimento e desenvolvimento de grandes empresas capitalistas burocráticas, que consistiam na organização hierárquica do processo laboral, simplificação e rotinização dos empregos, obtendo acréscimos de produtividade e formas consolidadas de controle. Tal desenvolvimento do processo de trabalho mudou de forma substancial a sua própria natureza, pois a criação e habilidades dos trabalhadores deram lugar a frustração e alienação dos mesmos (TIBURCIO,1979).

No período que vai até a Revolução Industrial, o sistema de troca de mercadorias estava baseado nas trocas sociais. Ou seja, as relações existentes entre pessoas ou grupos, se encontravam em um patamar mais elevado do que às trocas de mercado. Uma mercadoria

possuía um significado mais vasto que ultrapassavam os pressupostos capitalistas, no qual não terminava em seu valor de compra ou de venda. Entretanto, com início do aprimoramento da produção, originado das máquinas, as relações de troca transformaram-se acentuadamente. Tanto em seu caráter eminentemente mercadológico, como também no que diz respeito às trocas sociais relacionadas aos costumes, valores, modos e condutas (SANTOS, 2009).

Para Santos (2009) a inclusão da maquinaria na produção gerou novas formas de mercado, de sociedade e de troca. Fazendo com que se tornassem cada vez mais complexas não só as relações mercadológicas como também as sociais. Os problemas sociais e econômicos se tornaram mais evidentes, surgindo na pós-revolução industrial pobreza e desemprego.

De acordo com Tiburcio (1979) o processo de trabalho dentro das empresas capitalistas possuíam características piramidais, possuindo um grande número de trabalhadores na base sobre controle e regras efetivas, enquanto no topo existia um número reduzido de técnicos. Nos níveis intermediários da pirâmide eram constituídos por grupos de assalariados heterogêneos, nos quais as responsabilidades se elevavam à medida que chegavam próximo ao topo. Ademais os empregos que necessitavam de certas habilidades passaram a fazer parte de um somatório de pequenas atividades. Observando-se então que o desenvolvimento tecnológico acarretou no surgimento da desqualificação dos trabalhadores da base e sobre qualificação dos escalões intermediários, fazendo com que a produção passasse a ser determinada por uma pequena quantidade de operações para cada trabalhador, dedicando-se de forma exclusiva a repetição diária dessas operações.

Após a revolução industrial surge o modelo de Henry Ford, chamado de Fordismo, que consistia em se utilizar os métodos do Taylorismo, que é designado de organização científica do trabalho, que possui como principal objetivo atender o potencial de consumo em massa. O Fordismo naquela época foi considerado na organização de produção industrial pioneiro, sendo utilizado por Ford em sua indústria automobilística, tendo como objetivo a intensificação e o aumento de produtividade do trabalho. Este modelo foi apoiado em cinco transformações, descritas por: produção em massa, parcelamento das tarefas, criação da linha de montagem, padronização das peças, automatização das fábricas (SANTOS, 2009).

De acordo ainda com Santos (2009), o fordismo iniciou-se no momento que Henry Ford alterou o processo artesanal de produção de carros, introduzindo o sistema

taylorista na linha de montagem, ou seja, através o racionamento do trabalho, tornando possível uma produção em massa de produtos homogêneos.

Essa forma de organização do trabalho foi evidenciada por um período de crescimento e expansão do pós-guerra, no período que vai de 1945-1973, que foi reconhecida como a “Era de Ouro” do capitalismo. Sendo o período do aparecimento de uma nova instituição, com o objetivo de garantir a reprodução do capital, porém para manter o capitalismo, nessa época, foi importante incorporar as massas, no caso, oferecer aqueles que trabalhavam alguma estabilidade no emprego tais como: direitos previdenciários, saúde e educação. Porém o capitalismo entra em crise, em sua fase fordista-keynesiana precisando reestruturar-se, sendo necessário utilizar as tendências que Marx era contra, para poder manter acumulação, reprodução e dominação do capitalismo. As contras-tendências para Marx são constituídas pelo aumento do grau de exploração do trabalho, compressão do salário abaixo de seu valor, barateamento dos elementos do capital constante, presença de uma superpopulação relativa, abertura comercial, aumento do capital por ações (SANTOS, 2009).

De acordo com Viana [s.d.] em seu artigo sobre “Formação/qualificação dos trabalhadores polivalentes no sistema de produção toyotista”, desde a revolução industrial os operários mantêm resistência aos modelos organizacionais de produção, onde a autonomia estava em comprometimento em benefício ao aumento da produtividade. O fordismo não conseguiu romper com esses intentos, anteriormente, reforçou-o, também como o taylorismo, ao introduzir medidas autoritárias de forma extrema direcionada para o controle do processo produtivo, o que levou a estimulação de revoltas operárias, greves, e fortalecimento das organizações sindicais.

Logo após o Fordismo surge o Toyotismo que se originou através da indústria automobilística do Japão, chamada de Toyota Motor Company. Esse modelo de produção e organização do trabalho apoiou-se em seis princípios descritos por: crescimento da demanda, eliminação dos desperdícios, flexibilização do aparato produtivo, instalação do método de Kanban, diversificação dos produtos, terceirização da produção (SANTOS, 2009).

Esse mesmo autor, destaca que tais princípios toyotistas fizeram com que a força de trabalho se tornasse mais barata, principalmente pelas flexibilizações do mercado de trabalho, utilizando-se trabalhadores contratados de forma temporária e precária, que nos quais em período de crescimento econômico, são exauridos em longas jornadas para tentar atender a níveis elevadíssimos de produtividade, para em um determinado momento de

recessão, voltarem a serem desempregados. E com o desemprego estrutural, se torna mais difícil tais trabalhadores retornarem a possuir empregos estáveis.

Esse crescimento acentuado de desemprego tem ocasionado uma fragilização dos trabalhadores. Com a redução do seu poder de barganha, a força de trabalho muitas vezes tem renunciado às lutas pelos seus direitos e priorizado a defesa pura e simples do emprego. Tal precarização e a diminuição dos ganhos têm sido a tônica e têm colaborado para a concentração cada vez maior da riqueza (AZÊVEDO, 2008).

2.2 Mercado de trabalho e Funcionamento

O mercado de trabalho é uma instituição fundamental para o funcionamento da economia, principalmente após o surgimento do sistema capitalista de produção e a necessidade de utilização do trabalho assalariado em larga escala (CHAHAD, 2005).

Para Moutinho, Gouveia e Klagsbrum (2002) o mercado de trabalho é uma metáfora de expressão para designar a capacidade do ser humano em trabalhar de forma produtiva usando suas energias e aptidões nos quais passaram a ser negociadas como mercadoria, o homem por sua vez passou-se a se sujeitar a oferta em busca desta capacidade. Porém esses mesmos autores destacam que a expressão seria mais usada por incluir todas as operações de procedimentos dos quais os que ofertam emprego e os que buscam emprego mantêm contato e negociam as condições de trabalho.

Tal conotação não leva em consideração que o trabalhador não vende seu trabalho como mercadoria no sentido estrito do termo. A maior diferença situa-se no fato do trabalhador ser inseparável do vendedor. Deste modo para haver mercado, o trabalho deve adquirir autonomia e assumir um valor de mercado independente de seu proprietário. Esta autonomia e a diferenciação da pessoa humana tornou o trabalhador proprietário do seu tempo de trabalho e sua ocupação depende de um contrato que ele como possuidor de uma mercadoria firma com os proprietários dos empregos (MOUTINHO, GOUVEIA, KLAGSBRUM, 2002, p.2).

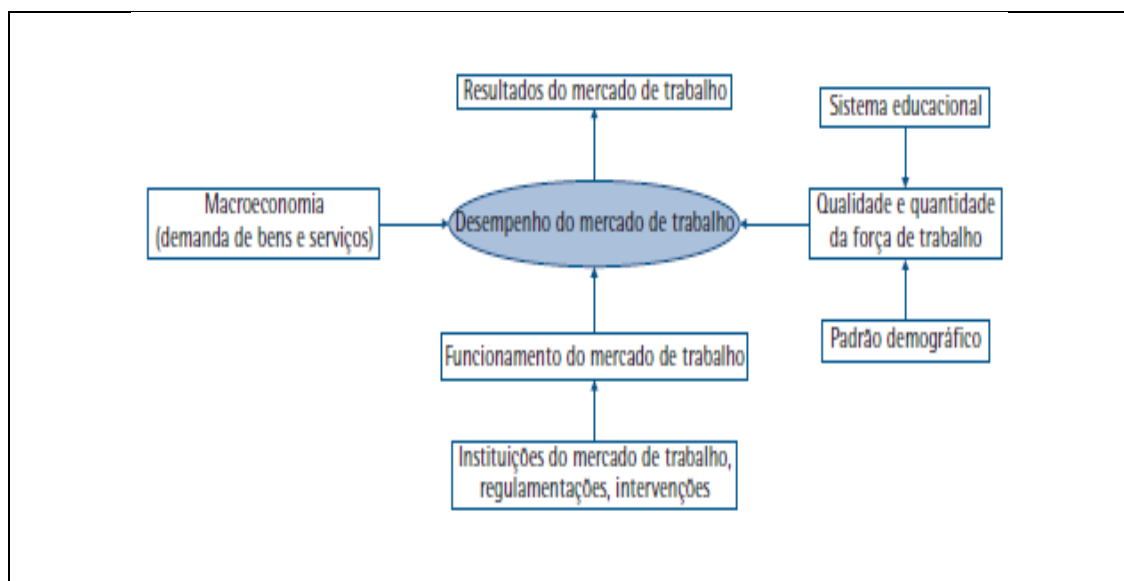
Percebe-se que a maior dificuldade relacionada ao assunto, está na definição do trabalho como outra mercadoria qualquer transacionada no mercado, e que por esta razão teria um preço preciso por sua oferta e demanda. Tal polêmica vem se acompanhando desde o nascimento da ciência tratada por Adam Smith, que dariam origem as correntes relacionadas ao valor da mercadoria, que correspondiam ao montante de trabalho usado para sua elaboração, quanto aos que aderiram à teoria na qual o valor deriva da utilidade inerente ao bem (RAMOS, 2007).

Para Chahad (2005) o mercado de trabalho pode ser entendido como a compra e

venda de mão de obra simbolizando um locus, onde se encontram trabalhadores e empresários em que ocorrem negociações coletivas e que podem possuir interferência do Estado, determinando assim de forma conjunta não só os níveis salariais e as condições de trabalho, como também outros aspectos relacionados à relação capital e trabalho.

Há três determinantes do desempenho do mercado de trabalho, que pode ser observado na Figura 1. O primeiro possui um cunho estrutural determinando a natureza de seu funcionamento, relacionado às instituições que o regem. O segundo são as condições macroeconômicas, na qual estão mais sujeitas a mudanças repentinas em relação ao item anterior, pois ajudariam a tentar definir e delimitar a demanda por trabalho. O terceiro seria a capacidade de prover grandezas absolutas de valor no mercado de trabalho, onde os principais componentes seriam a quantidade (que seria a função total da população, do montante de adultos existentes, da disposição dos empregos femininos e dos salários pagos) e a qualidade da força de trabalho (que seria resultado do nível da educação da população que junto ao estoque do capital no país, que iriam determinar a produtividade do trabalho) que definiria a capacidade produtiva (RAMOS, 2007).

Figura 1 - Determinantes do desempenho do mercado de trabalho



Fonte: RAMOS, 2007, p.8.

Ehrenberg e Smith (2000) destacam que o mercado de trabalho é feito por compradores e vendedores de trabalho, no qual alguns destes podem ou não ser ativos em um determinado momento, em relação a estar procurando novos empregados ou novos empregos, porém em um determinado dia milhares de trabalhadores e empresas estarão transacionando no “mercado”.

Chahad (2005) salienta que há dois tipos de mercado. O primeiro denomina-se

mercado formal de trabalho, onde as relações contratuais são determinadas em sua maioria por forças de mercado que são reguladas por legislação específica. Enquanto o segundo é denominado de mercado de trabalho informal, que é caracterizado pela existência de interferência mínima do governo para seu funcionamento.

Esse autor destaca a importância do setor formal e sua relevância dentro do país:

Ainda que a dimensão do mercado informal possa ser relativamente grande, a dinâmica da economia é fornecida pelo setor formal, notadamente no país em desenvolvimento como o Brasil. Ademais a própria dimensão e funcionamento do mercado informal estão intrinsecamente ligados ao que ocorre no núcleo capitalista de produção onde desponta o papel do mercado formal de trabalho (CHAHAD, 2005, p.379).

O grau de relevância do mercado de trabalho pode ser visto por óticas diversas dentro da economia. Do lado microeconômico faz parte de um caso particular da teoria dos preços, sendo primordial na determinação dos níveis de emprego e salário. Enquanto do lado macroeconômico possui um papel importantíssimo para se entender a determinação da demanda agregada do emprego, do produto, tendo papel fundamental junto dos mercados de bens e serviços, o monetário e de títulos. Além do que, pode-se observar que o mercado de trabalho possui também grande importância socioeconômica, possuindo profundos impactos sobre a vida cotidiana dos trabalhadores através de salários (reais e nominais), rotatividade, desemprego, produtividade, condições de trabalho e de subsistência (CHAHAD, 2005).

Esse mesmo autor salienta que o mercado de trabalho é condicionado pela evolução das atividades dentro da economia. As mudanças das principais variáveis (salários, desemprego, rotatividade e produtividade) serão determinadas pelas flutuações das atividades econômicas, tanto no curto durante o ciclo de conjuntura, quanto à perspectiva de longo prazo onde os principais determinantes à evolução dessas variáveis serão o nível de desenvolvimento da economia do país.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Domicílios- PNAD (2010) houve uma alteração no conceito de trabalho, que se iniciou na PNAD de 1992, ao captar certos grupos inseridos em atividades econômicas que anteriormente não estavam inseridos na população ocupada, tornou dessa forma o conceito de trabalho mais abrangente, ao incluir, na captação de pessoa ocupada aqueles trabalhadores na produção para o próprio consumo e os trabalhadores na construção para o uso próprio. Vale ressaltar que o PNAD (2010) considera como tipos de exercícios de trabalho as atividades econômicas que são:

a) Ocupação com remuneração em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios tais como moradia, alimentação e roupas- na produção de bens e serviços;

- b) Ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios no serviço doméstico;
- c) Ocupação que não possui remuneração na produção, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana (de referência);
- d) Ocupação que foi desenvolvida pelo menos uma hora durante a semana (na produção de bens e serviços, na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias para o uso de pelo menos um membro domiciliar).

A Pnad considera como participantes e ocupados dentro do mercado de trabalho aqueles que exercem alguma tarefa voltada ao autoconsumo, construção para próprios fins, ou outra qualquer atividade não remunerada, independente de qual for a jornada de trabalho. Ressaltando a natureza dessas atividades peculiares, que acabam inserindo uma ideia muito distorcida do mercado de trabalho acabou-se por separá-las das demais, classificando as pessoas que estão inseridas nessas atividades como parte do PEA marginal, contudo que não estivesse procurando outro tipo de ocupação na semana de referência (RAMOS, 2007).

Segundo o PNAD (2010) o conceito de População em idade ativa (PIA) é compreendido por a população economicamente ativa (PEA) e a população não economicamente ativa (PNEA). Nos quais são descritos por:

- População Economicamente Ativa é compreendida pelo potencial de mão de obra com que o setor produtivo pode contar, quer dizer, a população ocupada e desocupada. A população ocupada pode ser definida por aquelas pessoas que no período de referência estavam trabalhando ou tinham trabalho porém não trabalharam (ex: pessoas que estavam de férias). Enquanto a população desocupada é constituída por aqueles indivíduos que não possuíam trabalho no período de referência, mas que estavam querendo trabalhar e por esta razão tomaram uma atitude efetiva (consultando jornais, revistas, pessoas, etc).
- População Não Economicamente Ativa seriam as pessoas que não foram classificadas na semana de referência como ocupadas ou desocupadas.

Por fim, vale ressaltar que em 2005 no Brasil, a população em idade ativa estava entorno de 150,2 milhões de pessoas, enquanto o total da população residente estava entorno de 184,4 milhões. Cabe ainda mencionar, que a população economicamente ativa (PEA) nesse período, era constituída por 94,3 milhões de pessoas, e a população não economicamente ativa (PNEA) se deparou com os 56 milhões restantes (Ramos, 2007).

Com base no introdutório sobre o mercado de trabalho até aqui discutido, pode-se então discorrer sobre as relações de trabalho no mundo capitalista, em face das atividades cronológicas laborais dos indivíduos. Desta forma salienta-se no próximo subcapítulo a questão da terceira idade, no mercado de trabalho.

2.3 Idoso e mercado de trabalho

Segundo a Organização Mundial da Saúde, pode-se dizer que um indivíduo de terceira idade, é em países desenvolvidos, aquele que possui mais de 65 anos, e em países subdesenvolvidos, aqueles com idade superior a 60 anos (CAMARANO; PASINATO, 2004).

A Política Nacional do Idoso em 1994 foi o primeiro a defender os direitos do idoso, dando assim alguns suportes. Contudo, verifica-se uma maior abrangência das garantias desses direitos no Estatuto do Idoso, que foi criado em setembro 2003 no Brasil, possibilitando maior suporte aos direitos e garantias fundamentais. Dessa forma a lei brasileira nº 10.741, de 1 de outubro de 2003, instituiu como idoso pessoas acima de 60 anos.

O Estatuto, em relação à saúde, estabelece prioridades para a cobertura pública como também para a privada. Na cobertura pública o Estatuto oferece atenção integral à saúde da terceira idade, através do Sistema Único de Saúde (SUS), possuindo atendimento preferencial e ainda disponibilizando a distribuição de remédios gratuitos, principalmente para os que possuem doenças (tais como hipertensão e diabetes) e que precisam do uso continuado dos remédios. Em relação à cobertura privada, o estatuto veda a discriminação ao idoso em planos de saúde (BARBOSA; OLIVEIRA; SALES, 2009).

Esses mesmos autores ressaltam que essa faixa etária possui também benefícios no transporte e na habitação. No caso do transporte, o Estatuto prevê aos idosos a passagem gratuita em transportes públicos coletivos e ainda são reservados 10% dos assentos. Além do mais, nos programas de habitação que são financiados por recursos públicos há o estabelecimento de percentual de 3% das unidades residenciais para os idosos.

De acordo com Camarano e Pasinato (2004) a delimitação do conceito do que é estar na terceira idade envolve mais do que determinação de idades biológicas, apresentando três tipos de obstáculos: a) os indivíduos não são homogêneos, possuindo diferenciações entre os grupos sócias, raças, espaço e no tempo; b) Há a existência de características biológicas independente das características culturais; c) é necessário identificar dentro da sociedade qual a finalidade do conceito de idoso.

Segundo Moreira (2001) uma importante ferramenta para medir o envelhecimento demográfico, é o índice de idosos. É constituído pelo resultado da razão existente entre a população com idade igual ou superior a 65 anos e a faixa etária abaixo de 15 anos de idade.

Mensurando dessa maneira o número de pessoas na terceira idade em uma população, em cada grupo de 100 pessoas consideradas jovens.

Este índice é definido pela razão entre a população idosa e a população jovem, calculando-se dessa maneira:

$$\text{Índice de Idoso} = \Pi = \frac{\frac{\omega P_{65}}{P}}{\frac{{}_{15}P_0}{P}} = \frac{\omega P_{65}}{{}_{15}P_0} \times 100 \text{ onde,}$$

ωP_{65} é a população que possui idade igual ou superior a 65 anos, ${}_{15}P_0$ a população que possui faixa etária abaixo de 15 anos e P é constituído por toda a população.

Para esse autor a vantagem deste índice está na sua simplicidade analítica e sua fácil interpretação, a sua sensibilidade nas distribuições etárias, por conter somente e separadamente, os grupos de idade que resultaram no envelhecimento demográfico.

Na tabela 2, observa-se uma comparação do índice de idosos brasileiro com o de 51 países, estando delimitado pelo período de 1950-2050. Entre os países selecionados na tabela, no período de 1950, o Brasil estava na sexta colocação entre os que possuíam os patamares mais baixos do índice de idosos com respectivos 5,8%, sendo o país que possuía o menor índice neste período era o Afeganistão com 4,1%. Neste mesmo período os três países que se destacaram, possuindo um índice elevado dentre os países selecionados eram a França (50,1%), Reino Unido (48%) e Alemanha (42,6%).

Pode-se observar ainda na tabela 2, que no decorrer dos períodos, todos os países selecionados apresentam um processo de maior rejuvenescimento demográfico, devido ao crescimento do índice ao longo das décadas, corroborando pra um envelhecimento em nível mundial. Observa-se que no período de 2050, as estimativas nos ressaltam que os três países com maiores índices dentre os 51 países selecionados serão a Espanha com 265%, logo após vem a Itália com 248,4% e por fim Alemanha com 211,6%.

O Brasil não foge a essa regra mundial, os dados nos mostram que este apresenta um processo de envelhecimento veloz e intenso, com uma queda nos níveis de fecundidade. No período de 1950 o país apresentava um índice de idosos de 5,8% enquanto as projeções para o ano 2050 passam para 92,5%, estando entre os mais elevados índices dos países observados.

Tabela 1- Índice de Idosos dos países selecionados 1950-2050

Países	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2020	2030	2040	2050
Zaire	8,7	6,6	6,3	6,1	6,1	6,0	6,2	6,6	8,3	12,5	21,9
Uganda	6,8	5,7	5,5	5,3	5,2	4,8	4,4	4,9	6,9	12,8	22,2
Etiópia	6,8	5,7	5,6	5,8	6,3	6,1	6,6	7,5	9,4	13,8	22,2
Iêmen	9,3	7,3	6,9	5,1	5,1	4,9	5,0	5,6	8,5	14,8	24,4
Moçambique	6,5	7,0	7,0	7,2	7,3	7,3	7,5	8,1	10,3	15,0	24,6
Madagascar	6,6	6,5	6,4	6,4	6,1	6,2	6,7	8,1	11,4	18,0	28,1
Nigéria	5,2	5,1	5,3	5,8	5,9	6,4	7,4	8,9	12,3	18,5	28,2
Sudão	7,6	6,7	6,0	6,1	6,3	7,0	8,0	9,7	12,7	18,2	29,1
Tanzânia	4,8	5,0	5,1	4,9	5,4	5,9	6,8	8,0	14,5	18,9	29,9
Afeganistão	4,1	4,9	5,1	5,9	6,7	6,6	7,0	9,0	12,3	22,6	30,1
Gana	5,5	5,6	5,9	6,2	6,3	6,8	7,8	9,7	13,5	20,9	31,7
Quênia	9,9	8,1	8,2	6,7	6,1	6,0	5,5	6,9	11,0	20,2	32,7
Arábia Saudita	7,9	7,7	7,1	6,3	6,1	7,1	8,8	13,6	18,8	25,6	39,3
Nepal	11,5	9,5	7,2	6,7	7,6	8,4	9,7	12,4	18,7	25,5	40,0
Iraque	6,0	5,3	5,2	5,8	6,5	7,3	9,1	12,4	18,9	31,7	43,7
Paquistão	14,1	9,5	6,8	6,5	6,5	7,2	8,6	12,3	21,6	33,3	43,9
Myanmar	8,6	8,3	9,0	10,1	10,5	11,8	13,7	18,0	29,5	42,0	54,1
África do Sul	9,3	9,4	9,3	9,6	11,2	12,5	14,8	20,1	30,1	41,5	54,1
Irã	13,7	9,3	7,5	6,3	7,9	10,1	11,1	15,2	26,3	36,8	54,6
Filipinas	8,1	6,8	5,9	6,6	8,2	10,1	13,8	22,7	35,4	47,1	64,6
Usbequistão	17,7	14,5	13,1	12,4	9,8	12,4	14,6	20,6	36,8	49,4	67,8
Egito	7,5	7,7	10,4	10,1	10,0	12,7	16,2	26,7	38,7	50,1	69,3
Bangladesh	9,6	9,1	7,7	7,5	7,3	8,6	13,1	18,2	30,8	47,3	69,8
Vietnã	11,4	11,2	9,8	11,3	12,4	14,3	15,2	22,6	38,5	54,0	72,5
Argélia	10,9	8,8	8,6	8,4	8,5	10,8	13,1	21,9	35,5	52,1	74,5
Malásia	12,4	7,5	7,6	9,3	9,7	11,7	19,0	28,4	41,9	57,9	75,7
Índia	8,6	8,6	9,0	10,5	12,0	14,7	19,3	28,8	43,1	57,5	76,1
Venezuela	4,4	5,5	6,4	8,0	9,6	13,1	18,6	29,8	45,6	60,3	77,7
Indonésia	10,1	8,3	7,2	8,2	10,8	15,2	21,5	29,8	43,3	62,3	78,4
Marrocos	6,5	5,8	8,8	9,5	9,5	12,6	17,0	26,3	40,8	60,0	79,3
Turquia	8,6	8,6	10,7	12,0	12,4	17,4	23,1	33,5	47,7	66,5	81,4
Peru	8,3	7,9	7,9	8,5	10,0	14,0	19,2	28,6	44,3	63,1	82,8
Colômbia	8,6	6,9	7,1	9,3	11,9	15,6	21,2	34,0	53,4	70,4	85,3
México	9,7	10,0	9,0	8,5	10,2	13,8	20,3	31,8	47,9	71,8	90,0
R.D.P. da Coreia	7,9	8,4	6,7	8,5	14,4	16,9	25,4	38,6	57,2	89,4	90,4
Argentina	13,8	18,0	23,7	26,6	29,2	35,7	40,5	50,7	61,8	71,8	91,3
BRASIL	5,8	6,6	8,2	10,7	13,8	19,0	26,1	39,2	58,3	74,9	92,5
China	13,4	12,4	10,8	13,4	20,4	26,5	34,9	50,7	70,6	95,9	94,2
Tailândia	7,1	6,1	6,5	8,8	13,6	21,4	28,7	41,4	63,2	86,4	98,6
Polónia	17,8	17,2	30,6	41,7	40,0	57,4	56,0	71,7	85,8	83,6	99,4
Estados Unidos	30,2	29,7	34,7	50,1	57,7	57,1	63,4	81,5	100,9	108,7	110,9
R. da Coreia	7,3	7,9	7,8	11,2	19,4	29,9	42,1	59,7	87,0	107,9	113,6
Ucrânia	21,5	29,3	36,6	34,5	56,6	76,9	87,0	91,1	107,4	107,1	115,7
Canadá	25,9	22,4	26,0	41,3	54,1	59,3	68,0	87,8	109,8	117,4	117,5
F. Russa	21,4	21,0	28,9	47,2	43,7	69,0	78,3	91,0	119,8	114,2	123,8
Reino Unido	48,0	50,2	53,3	72,2	82,3	78,2	86,3	100,4	114,0	128,6	124,2
França	50,1	44,1	51,8	62,7	69,1	83,4	92,1	113,9	128,7	138,3	138,4
Japão	13,9	19,0	29,4	38,4	65,1	107,4	134,2	176,3	185,4	190,7	192,4
Alemanha	42,6	54,1	59,0	84,4	93,0	104,9	145,9	161,7	200,5	228,6	211,6
Itália	31,4	37,6	44,3	59,0	66,7	121,2	149,1	191,1	232,5	268,7	248,4
Espanha	26,9	29,9	35,0	40,2	68,0	110,1	125,3	349,9	344,0	314,8	265,0

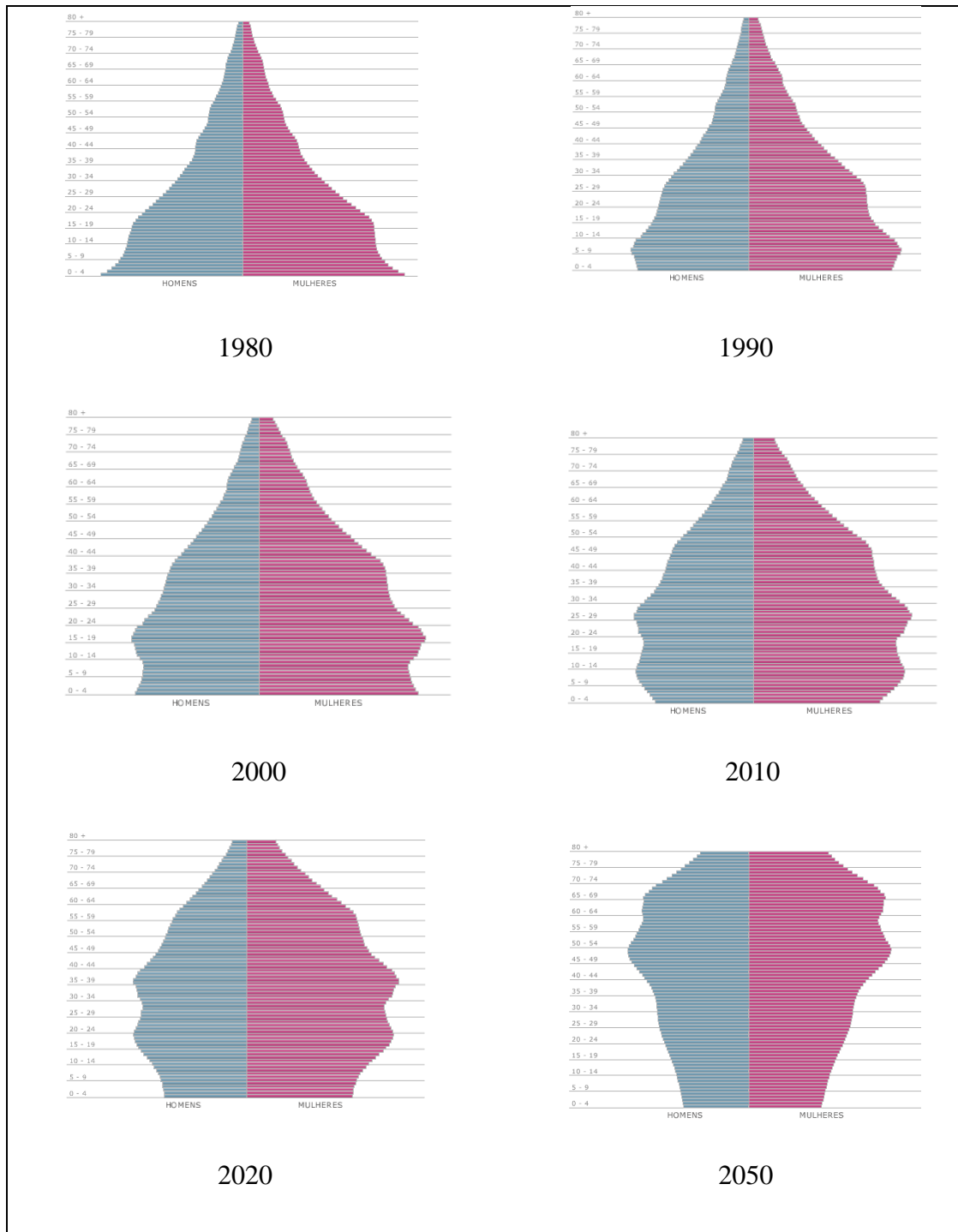
Fonte: United Nations (1998 apud MOREIRA 2001)

Já se escutaram muitas afirmações de que o Brasil é basicamente um país de jovens, mas na realidade verifica-se uma nova tendência global, que geraria uma transição demográfica onde há um aumento da longevidade e uma redução da fecundidade. Neste século as perspectivas para o futuro são outras de acordo com vários estudiosos, havendo uma tendência de envelhecimento populacional cada vez mais crescente para as próximas décadas.

Nas últimas décadas houve mudanças significativas na estrutura etária brasileira. As pirâmides etárias poderão ser usadas para destacar se o padrão etário de uma população esta mais jovem ou mais velha ao longo do tempo. O gráfico 1, ressalta essas mudanças, observando-se um acentuado estreitamento da base ao longo dos períodos, enquanto o topo se torna cada vez mais largo, decorre da contínua redução dos níveis de fecundidade observados no Brasil e da queda da mortalidade no período. Essa redução da mortalidade tem como consequência o aumento no tempo de vida dos idosos, traduzindo-se no alargamento do topo da pirâmide.

De acordo ainda com o site IBGE (2004), a população em 2000 possuía entorno de 30% de brasileiros da faixa etária de zero a quatorze anos enquanto os idosos de 65 anos representavam 5% da população. De acordo com diversas pesquisas no ano de 2050 esses dois grupos etários irão se equiparar, representando cada um deles 18% da população do Brasil. Tal mudança nos mostra a importância cada vez intensa das políticas públicas relacionadas à previdência, devido ao crescente número de aposentados, em relação àqueles que estão trabalhando. Além do que, tornam-se cada vez mais necessárias as políticas de Saúde voltadas para a Terceira Idade: se em 2000 o Brasil possuía 1,8 milhão de habitantes com 80 anos ou mais, em 2050 esse contingente poderá alcançar 13,7 milhões.

Gráfico 1 - Projeção da populacional brasileira por sexo e idade: 1980-2050



Fonte: IBGE (2008)

A tabela 2 faz uma análise da razão de dependência¹ para faixa etária idosa, e do índice de envelhecimento nas regiões do Brasil e dos 24 estados mais Distrito Federal no período de 1980 á 2000.

¹ Razão de dependência dos idosos = $(\text{Pop}_{65+} / \text{Pop}_{15-64}) * 100$.

Segundo Freire et. al (2010) a razão de dependência é a razão entre o segmento etário populacional designado como economicamente dependente e o segmento etário com potencial produtivo, em uma população residente em determinado ano e espaço territorial.

Observa-se que a razão de dependência para faixa etária acima de 65 anos cresceu no Brasil, em 1980 estava em 6,94% passando para 7,99% em 1991 e chegando por fim em 9,07% em 2010. Entre os estados que obtiveram maiores proporção de idosos nas décadas observadas foram o Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Já os estados que obtiveram menor razão de dependência foram os estados do Amapá, Roraima e Distrito Federal.

Ao se observar o índice de envelhecimento brasileiro, inicialmente no período de 1980, percebe-se que o país apresentava um índice de idosos de 10,49%, elevando-se para 13,9% em 1991, chegando por fim em 2000, para uma percentagem de 19,77%, sendo este o mais elevado índice dos três períodos observados.

As cinco regiões brasileiras não fogem da regra nacional, os dados nos mostram que estas apresentam um processo de envelhecimento veloz e intenso. Entre as cinco regiões do país as duas que obtiveram um dos maiores índices foram as regiões do Sudeste com respectivos 23,8%, logo após vem a região Sul com 22,6%.

A região norte foi a que menos se destacou com um índice de 9,77% no ano 2000, dentre os estados inseridos dentro dessa região, que contribuíram para este menor índice, foram os estados Roraima e Amapá com respectivos 6,76% e 6,83% respectivamente.

Pode-se observar de forma geral, ainda na tabela abaixo, que no decorrer dos períodos todos os espaços geográficos selecionados apresentam um processo de maior rejuvenescimento demográfico, devido ao crescimento do índice ao longo das décadas, corroborando para um envelhecimento em nível nacional. Observa-se que no período de 2000, as estimativas ressaltam que os três estados com maiores índices dentre os 24 estados mais a capital do país, foram o Rio de Janeiro com 29,55%, logo após vem a Rio Grande do Sul com 27,61% e por fim São Paulo com 23,23%.

Tabela 2- Razão de dependência das crianças e dos idosos e índice de envelhecimento, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1980/2000

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Razão de dependência (%)			Índice de envelhecimento (%)		
	Dos idosos			1980	1991	2000
	1980	1991	2000			
Brasil	6,94	7,99	9,07	10,49	13,9	19,77
Norte	5,51	5,53	6,15	6,09	7,08	9,77
Rondônia	2,99	3,89	5,31	3,42	5,52	9,57
Acre	5,04	5,97	6,48	5,31	7,14	9,59
Amazonas	4,89	5,1	5,62	5,21	6,24	8,37
Roraima	4,01	3,55	4,42	4,81	5,35	6,76
Pará	6,05	5,92	6,5	6,84	7,55	10,35
Amapá	6,05	4,98	4,64	5,94	5,71	6,83
Tocantins	6,18	6,93	7,52	6,68	9,06	12,88
Nordeste	8,34	9,11	9,56	10,01	12,84	17,73
Maranhão	7,04	8,12	8,44	7,91	9,53	13,1
Piauí	7,37	8,35	9,42	8,22	11,1	17,03
Ceará	8,37	9,57	10,24	10,45	13,86	18,41
Rio Grande do Norte	9,61	10,43	10,33	12,37	15,86	20,27
Paraíba	10,38	11,71	11,75	12,58	17,17	22,9
Pernambuco	8,45	9,34	9,78	10,82	14,61	19,74
Alagoas	8,34	7,97	8,28	9,49	10,95	14,15
Sergipe	9,55	8,57	8,34	10,93	12,25	15,38
Bahia	8,02	8,61	9,21	9,46	12,04	17,94
Sudeste	6,8	8,08	9,52	12,27	16,46	23,88
Minas Gerais	6,94	8,13	9,49	10,55	14,67	21,88
Espírito Santo	6,6	7,14	8,4	9,77	12,45	19,26
Rio de Janeiro	7,37	9,06	11,02	15,11	20,97	29,55
São Paulo	6,48	7,73	9,05	12,37	16,17	23,23
Sul	6,41	7,88	9,39	10,58	15,57	22,6
Paraná	5,53	7	8,61	8,02	13,09	19,68
Santa Catarina	5,91	6,97	8,1	9,24	13,17	19,1
Rio Grande do Sul	7,41	9,11	10,78	14,36	19,43	27,61
Centro-Oeste	4,51	5,32	6,5	6,35	9,27	14,29
Mato Grosso do Sul	5,13	6,3	7,81	7,09	10,67	16,41
Mato Grosso	4,41	4,5	5,66	5,55	7,11	11,5
Goiás	5	5,89	7,08	7,04	10,6	15,95
Distrito Federal	2,71	3,82	4,82	4,34	7,17	11,58

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2000.

O envelhecimento populacional está ocorrendo praticamente em todos os estados brasileiros. De acordo com Queiroz, Ramalho e Cavalcante (2008) baseados em análise dos dados Pnad a população brasileira no ano de 1995 era constituída de 8% de indivíduos idosos enquanto em 2005 essa taxa passou para 9,4%. Possuindo a maior distribuição de idoso nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Ceará e Pará, que apresentam os maiores contingentes deste segmento etário.

Para esses autores um dos principais motivos que justifica a enorme quantidade de pessoas mais velhas nesses estados, é o fato de que suas capitais são as principais regiões metropolitanas do país, e dessa forma portadoras de um enorme continente populacional.

O aumento da longevidade vem modificando a expectativa de vida familiar, gerando o envelhecimento da população economicamente ativa (PEA). As alterações no ciclo de vida do indivíduo veem trazendo modificações não só nas bases das estruturas familiares e na sociedade como também na economia. Diante da diminuição da dependência dos idosos verifica-se uma tendência a aumentar a sua participação na chefia familiar (CAMARANO; KANSO; MELLO, 2004).

Dutt-Ross (2006) discorre sobre o trabalho de Camarano (2001) que menciona o grau de importância da contribuição da terceira idade na renda familiar. No ano de 1998, uma pessoa da terceira idade contribuía no rendimento familiar, aproximadamente em média, de 53%. Apesar de que boa parte dessa renda é auferida dos benefícios previdenciários, a contribuição derivada da renda do trabalho chega a um patamar alto, 29% da renda do idoso.

Os autores Queiroz et al. (2008) ressaltam que a participação da terceira idade no mercado de trabalho brasileiro é alta em relação aos padrões internacionais. Esses autores citam o trabalho de Furtado (2005), revelando que no período de 2003, o percentual de força de trabalho entre idosos do sexo masculinos no Brasil era 46%, superando os observados em países desenvolvidos como: Estados Unidos, França, Alemanha, Canadá e Japão. Esses referidos países, com exceção do Japão, apresentaram taxas inferiores a 30%.

Leone e Baltar (2010) destacam que de acordo com a idade ou ciclo de vida do indivíduo, as taxas de participação variam no mercado de trabalho. Sendo as taxas menores nas idades mais jovens, pois estes preferem se dedicar aos estudos, adiando sua entrada no mercado de trabalho. Já as idades entre 25 a 54 as taxas de participação são mais elevadas.

Enquanto os que possuem idades mais avançadas a participação é pequena, em parte pela aposentadoria.

O modelo de oferta de trabalho neoclássico de decisão entre trabalho-lazer em um simplificado período no tempo pode ser estendido para uma perspectiva de ciclo de vida, ao se assumir as escolhas entre consumo e lazer realizadas no decorrer da vida. O agente pode escolher pela troca de algum horário de lazer hoje pelo consumo adicional de amanhã. O princípio básico é concentrar o trabalho naquelas idades em que a taxa de salário está elevada e concentrar o lazer naquelas em que a taxa de salário está em baixa. Na literatura há indícios de que o salário é relativamente baixo entre os trabalhadores mais jovens, crescendo entre os trabalhadores à medida que chegam a maturidade e podendo declinar de forma significativa entre os trabalhadores em idade avançada. Ao longo do ciclo de vida o perfil da distribuição de horas trabalhadas segue esse mesmo delineamento, crescendo quando o salário se eleva e declinando quando o salário cai (QUEIROZ, RAMALHO E CAVALCANTE, 2008).

A decisão do idoso em continuar, ou não, no mercado de trabalho segundo Fernandez e Menezes (2001) é determinada por alguns determinantes e condicionantes, que podem afetar a decisão de reinserção da oferta de trabalho deste segmento etário. Para eles o rendimento do idoso possuem dois componentes que são: a renda exógena, quer dizer, a renda auferida fora do mercado de trabalho, independente de este trabalhar ou não; e a renda endógena, obtida dentro do próprio mercado.

Esses mesmos autores destacam que a função de oferta de trabalho da terceira idade pode ser obtida através de um problema de otimização condicionada, que maximiza a função de utilidade restrita a sua limitação orçamentária, dada por:

$$l = l^*(w, I)$$

Onde: w pode ser o salário ou o custo de oportunidade do tempo destinado ao lazer (quer dizer, o valor que o idoso abre mão de ganhar quando escolhe alocar seu tempo ao lazer), e I é a renda exógena.

Supondo que num certo período do ciclo de vida, o idoso necessita escolher, se irá ou não, ofertar trabalho ou aposentar-se. No caso dos modelos tradicionais, que ressaltam apenas a decisão entre trabalho e lazer, o indivíduo faz uma análise comparativa da utilidade de participar do mercado com a da não participação, isto é feito através do confronto entre os salários de mercado com o de reserva. Se o salário de mercado for superior ao salário de

reserva, o indivíduo irá optar pelo trabalho, caso ao contrário, pelo lazer. Ao adicionar a decisão pela aposentadoria, não somente o efeito substituição (lazer encarecido /aposentadoria adiada) e o efeito renda (aumento do poder de compra e ao lazer/aposentadoria) precisam ser levados em conta, mas também, seus principais condicionantes (QUEIROZ; RAMALHO; CAVALCANTE, 2008).

Segundo ainda Queiroz et.al (2008) no caso da terceira idade a magnitude de tais efeitos dependerá do aumento do seu salário de mercado no período da aposentadoria (efeito substituição encarecido) e do rendimento da aposentadoria (efeito renda aumentado). “Assim, o efeito substituição dependerá do investimento feito em capital humano até o momento, e o efeito renda, do valor do benefício previdenciário” (LIBERATO, 2003, apud QUEIROZ; RAMALHO ; CAVALCANTE , 2008, p.9).

Devido aos diversos condicionantes e o aumento da longevidade na sociedade, o idoso participa de forma mais significativa do mercado de trabalho. Os autores Fernandez e Menezes (2001) destacam que dentro desse processo de envelhecimento populacional entra em destaque graves problemas sociais e econômicos que possuem reflexos diretos sobre o financiamento do sistema de seguridade social atual. Diante deste panorama os trabalhadores são obrigados a tentar adquirir outras formas alternativas de complementação da previdência pública. No caso específico dos idosos dois fenômenos ocorrem: a) Vários indivíduos deste segmento etário prolongam sua presença no mercado de trabalho para tentar manter seu padrão de vida; b) Outros são obrigados a se reinserir no mercado de trabalho para tentar garantir sua sobrevivência.

A legislação em certos países não permite que trabalhadores aposentados continuem trabalhando. Já em outros países a legislação é mais condescendente, e possibilita mesmo após a aposentadoria se reinserir no mercado de trabalho, mas restringem seus proventos derivados da previdência, o que acaba por frear o desejo destes idosos em continuar a trabalhar. Enquanto no caso brasileiro não há nenhum impedimento legal que impossibilite o idoso, mesmo aposentado, a continuar trabalhando e a reinserir-se no mercado de trabalho. Tal comportamento é incentivado, pois ao trabalhar, mesmo aposentado, este pode continuar a contribuir para a previdência, fazendo com que aumente a receita do Estado e assim ajudando na redução do déficit da previdência (FERNANDEZ; MENEZES, 2001).

Os argumentos de Liberato (2003) corroboram com o de Fernandez e Menezes, a autora ressalta que não necessariamente a obtenção de uma aposentadoria pelo trabalhador

representará sua saída da força de trabalho, pois no caso brasileiro não há restrições a sua permanência no mercado de trabalho. A autora ainda ressalta o caso norte americano, em que existem taxações sobre o benefício do seguro social (“social security earnings test”), que desestimulam a presença do beneficiário no mercado, com o objetivo de contrabalancear a concorrência entre jovens e profissionais mais experientes por postos de trabalho. Porém, cabe ressaltar que lá é ampla a cobertura dos planos de pensão privada, em contrapartida no Brasil, estes cobrem uma parte ínfima dessa população.

A Camarano e Pasinato (2004) ressaltam que o processo de transição demográfico brasileiro ocorreu dentro de um contexto histórico desfavorável, impossibilitando uma maior expansão da cobertura do sistema previdenciário, sendo este imperfeito (praticamente inexistente) fazendo uma análise histórica comparativa ao dos países desenvolvidos.

Nos países desenvolvidos, o envelhecimento populacional ocorreu em um cenário socioeconômico favorável, o que permitiu a expansão dos seus sistemas de proteção social. Nos países em desenvolvimento e, especificamente, no caso brasileiro, o acelerado processo de envelhecimento está ocorrendo em meio a uma conjuntura recessiva e a uma crise fiscal que dificultam a expansão do sistema de proteção social para todos os grupos etários e, em particular, para os idosos (Camarano e Pasinato, 2004, p.253).

É evidente que esse aumento da longevidade populacional poderá causar danos na economia. Para Menezes e Fernandez (2001) tal processo poderá gerar impactos negativos sobre as contas relacionadas à previdência pública, onde tais desdobramentos terão sérias repercussões sobre as gerações futuras. Esses dois autores ainda destacam que boa parte dessas pessoas não irá usufruir se quer de uma aposentadoria ou pensão, e grande parte se encontrará mal- remunerada pela previdência social.

Segundo Camarano (2004) o processo de envelhecimento está fortemente associado aos gastos relacionados à previdência social, ajuste fiscal e à repartição dos gastos públicos. Essa mesma autora ainda destaca que para o médio prazo haverá uma redução contínua da mortalidade entre as faixas etárias, em especial para os que estarão em idades mais avançadas, havendo uma maior possibilidade no futuro próximo de um contingente de pessoas idosas vivendo por um período mais longo. Tal processo de envelhecimento vem se destacando na mídia, sendo alvo de conferências, planos governamentais e de políticas públicas e privadas, tendo espaço dentro das agendas nacionais e internacionais.

De acordo Camarano et. al (2009), em 2008, houve uma contínua expansão da cobertura previdenciária observada desde 2002, pois o número de brasileiros cobertos pela

previdência social estavam representando aproximadamente 60% da PEA, que corresponde a 55,9 milhões de pessoas. O responsável por esse crescimento foi o saldo positivo de empregos com carteira assinada, que entre o período de 2001 e 2008, que era de 30% passando para 35,7% do PEA (ou de 22,2 para 33,4 milhões de pessoas).

Segundo ainda com esses mesmos autores no período de 2001 a 2008 o total de novos participantes da PEA estava entorno de 17,9 milhões de pessoas, sendo mais de $\frac{3}{4}$ contribuintes da previdência social enquanto na década anterior esta proporção era somente de $\frac{1}{4}$.

Beltrão et al.(2004) constata que é de fundamental importância ajustar o sistema previdência brasileiro, em meio as essas diversas transformações no cenário político, na economia, no social, nas variáveis demográficas, na desigualdade de renda, no enorme contingente de indivíduos fora do mercado formal, no nível de baixa escolaridade e governos com sérios problemas de orçamento. Esses mesmos autores destacam que:

(...) As políticas previdenciárias não podem ser consideradas em separado já que fazem parte de um cenário mais amplo que envolve questões macro e micro de como elevar as taxas de crescimento, controlar a inflação e as taxas de juros, controlar as dívidas dos setores público e privado, aumentar o nível de escolaridade da população, incrementar taxas de emprego, melhorar a distribuição de renda, ampliar o setor formal da economia etc. A busca do equilíbrio é um processo contínuo de ajuste, e as mudanças devem sempre ser definidas com um prazo razoável de transição que permita à população e às instituições tempo para reformular seus rumos diante das novas realidades e a partir de uma discussão em âmbito nacional com os principais atores envolvidos (BELTRÃO et al., 2004, p.426).

A partir do perfil sócio demográfico da população idosa no Brasil, Camarano e Pasinato (2004) tiraram algumas conclusões. Primeiramente houve uma extensão do tempo de vida, mensurado pela esperança de vida ao nascer, aos 60 anos e a idade média de morte. A causa de morte padrão não se modificou, apesar de que isso vem ocorrendo mais tardiamente no ciclo de vida brasileiro. Segundo, em média os idosos estão em melhores condições que os não idosos, beneficiados pelo seu montante obtido ao longo do ciclo de vida, pelas políticas públicas e universalização da Seguridade Social. E por último, até em idades avançadas a terceira idade participa do mercado de trabalho, mesmo com aposentadoria. A participação deste segmento etário é específico do mercado de trabalho brasileiro, que possibilita a sua reinserção sem perdas. Está também ligado à concessão da aposentadoria por tempo de contribuição, o que possibilitou a previdência brasileira aposentar não somente idosos. A renda proveniente do trabalho é um componente essencial no rendimento do idoso.

3 TERCEIRA IDADE NO MERCADO DE TRABALHO CEARENSE

Nesta seção será analisado a questão da terceira idade no mercado de trabalho cearense, observando principalmente o setor formal de trabalho e analisando se entre as ocupações há segregação ocupacional entre os grupos de idade.

3.1 O idoso e o mercado de trabalho no Ceará

De acordo com o relatório do IPECE INFORME (2011) que retrata os resultados do Censo 2010, observou-se no Ceará uma contínua evolução demográfica, correspondente em 2010 à 8.452.381 habitantes contra os 7.430.661 do ano 2000. Estes valores representam um aumento absoluto de 1.021.720 de habitantes correspondente a um crescimento relativo de 13,75%. A população cearense em 2010 correspondeu em termos percentuais a 15,92% da população da região nordestina e 4,43% da população brasileira.

Dentro desse aspecto demográfico é importante observar o comportamento da estrutura etária populacional. O IPECE (2011) analisou os grupos etários tradicionais tais como: jovens menores de 15 anos , população em idade ativa ou adultos com 15 a 64 anos , e idosos que possuem idade superior a 65 anos.

A tabela 3 mostra esta evolução entre esses grupos etários fazendo-se uma análise entre a região cearense, nordestina e brasileira nos respectivos períodos de 2000 e 2010.

Tabela 3 - População Residente –Ceará, Nordeste e Brasil – 2000/2010

Região	0 a 14 anos				15 a 64 anos				Maior de 64 anos			
	2000		2010		2000		2010		2000		2010	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Brasil	50.316.223	29,6	45.932.295	24,1	109.629.625	64,5	130.742.024	68,5	9.927.010	5,8	14.081.480	7,4
Nordeste	15.771.292	33,0	14.104.691	26,6	29.222.142	61,2	35.167.242	66,3	2.789.082	5,8	3.810.017	7,2
Ceará	2.492.269	33,5	2.188.250	25,9	4.479.508	60,3	5.622.575	66,5	458.884	6,2	641.556	7,6

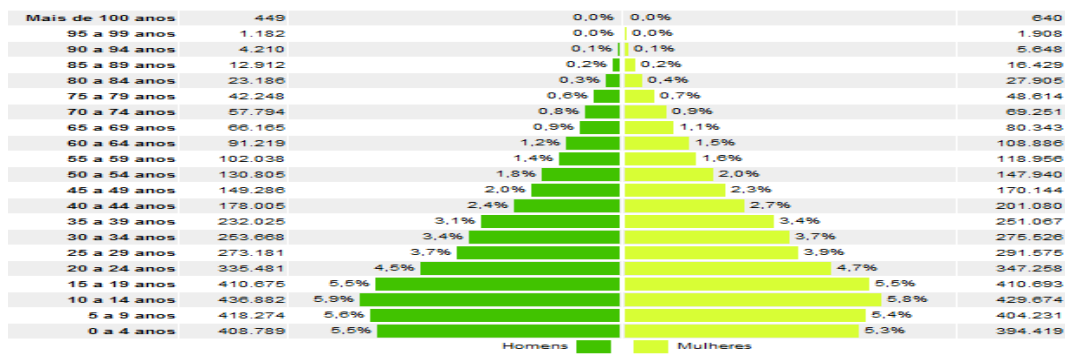
Fonte: IPECE (2011)

Observou-se tanto no período de 2000 e 2010 nas três regiões analisadas uma maior parcela demográfica de indivíduos entre as idades de 15 e 64 anos, logo após vem seguindo os jovens da faixa etária de 0 a 14 anos e por último os idosos (que possuem idade superior a 64 anos). Percebe-se, porém uma redução na participação do grupo etário de 0 a 14 anos no total da população nas três regiões observadas nos últimos dez anos, com maior ênfase para o estado do Ceará (com queda de 22,8%) em relação ao nordeste (com queda de

19,5%) e o Brasil (com queda de 18,7%). No entanto, observa-se em termos demográficos que o grupo constituído por pessoas idosas cresceu sua participação na população total na última década, sendo na população brasileira 26,3%, nordestina 23,0% e cearense 22,9%. Percebe-se então que a população esta vivendo mais e consequentemente envelhecendo, não sendo este um fenômeno isolado, representado geograficamente nas três regiões observadas.

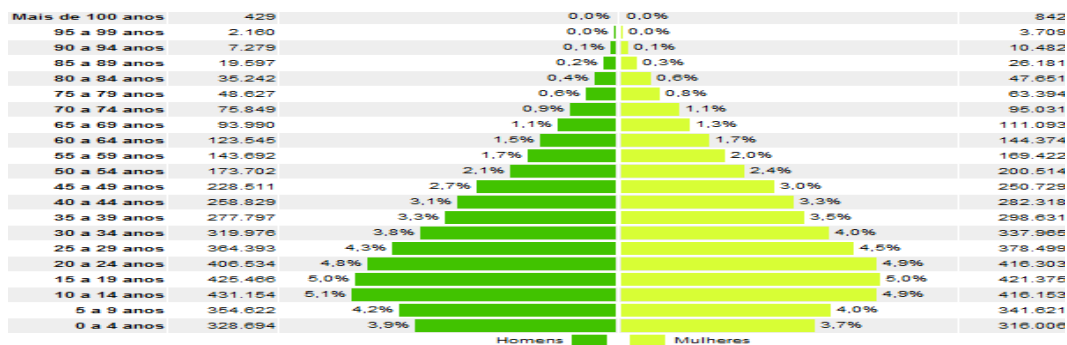
O envelhecimento populacional vem ocorrendo não só no Brasil, mas praticamente em todos os estados brasileiros, principalmente no Ceará, onde esse processo está cada vez mais acentuado. Além do mais tal envelhecimento é traduzido por uma maior feminização do processo de envelhecimento. O gráfico a seguir ilustra a pirâmide etária cearense e suas respectivas mudanças no padrão etário no intervalo de 2000 a 2010, verificando-se um estreitamento na base piramidal e um pequeno alargamento próximo ao topo durante esses 10 anos.

Gráfico 2 - Distribuição da população por sexo e idade em 2000 no Ceará.



Fonte: IBGE (2010)

Gráfico 3- Distribuição da população por sexo e idade em 2010 no Ceará.



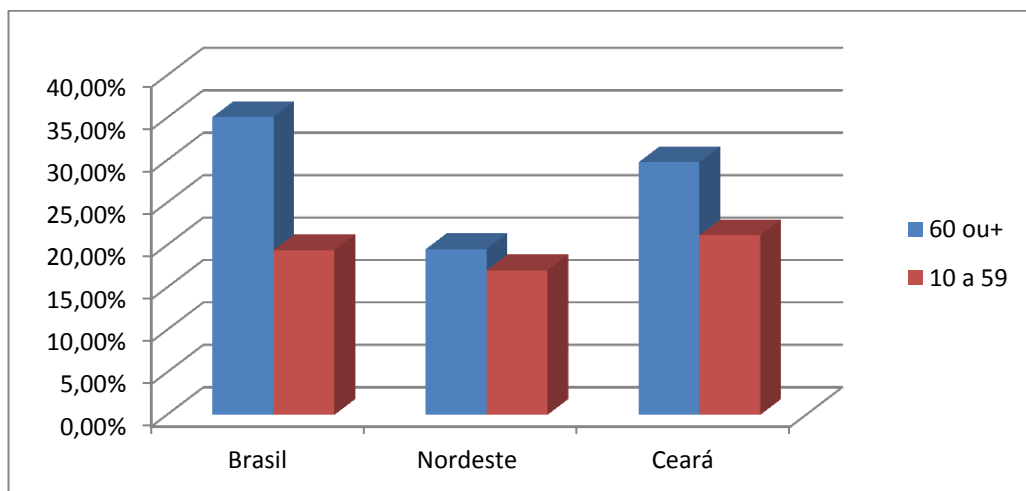
Fonte: IBGE (2010)

Para Kreling (2002) a redistribuição da pirâmide etária proporcionada pelo processo de envelhecimento pode trazer transformações sobre a participação do idoso em

diversas situações, tais como na composição deste segmento etário na população economicamente ativa (PEA).

No Brasil houve um crescimento total do PEA brasileiro de 20,3% de 2001 para 2009, correspondente em termos absolutos por um saldo positivo de 17.092 pessoas economicamente ativas. A Tabela 4 ilustra o crescimento do PEA entre grupos de idade entre três espaços geográficos, no caso: Brasil, Nordeste e Ceará. Verifica-se um maior crescimento de força de trabalho de pessoas acima de sessenta anos entre as três regiões observadas. O Brasil destacou-se com um crescimento 35,1%, seguido do Ceará com 29,8% e por último nordeste com respectivo 19,5%. Enquanto a faixa etária não idosa (de 10 a 59 anos) obteve um menor crescimento, com respectivos 19,4 % para o Brasil, 21,2% para o estado cearense, 17 % para a região nordestina.

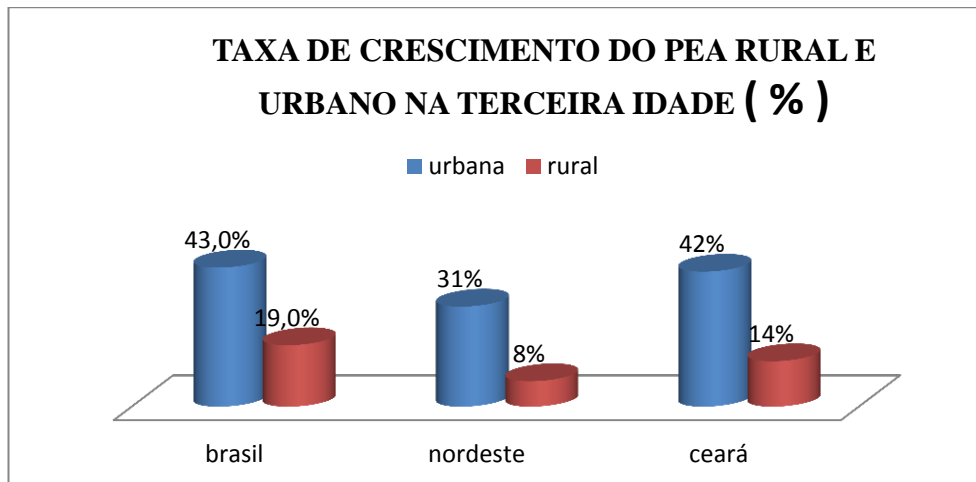
Gráfico 4 - Taxa de crescimento de Pessoas economicamente ativas entre grupos de idade 2001/2009.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE

A taxa de crescimento do PEA da zona rural e urbana do segmento etário constituídos pela força de trabalho de idade igual ou superior a 60 anos cresceu de forma satisfatória de 2001 para 2009, apesar de que na zona rural usufrui de um menor dinamismo em relação à área urbana. Vale destacar que o crescimento do PEA urbano cearense foi superior ao do nordeste e acompanhou o ritmo de crescimento nacional, com os respectivos 42% contra 43% da brasileira.

Gráfico 5 - Taxa de Crescimento da PEA rural e urbana na terceira idade em 2001 e 2009



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do IBGE

Observe-se que de forma geral, a participação da terceira idade no segmento de pessoas economicamente ativas evoluiu de forma positiva, durante os períodos e entre os diversos espaços geográficos observados, tal participação é superior na zona urbana enquanto a zona rural possui pouca participação da terceira idade no PEA.

Até aqui foi visto o panorama da situação do idoso no país e a evolução da participação da terceira idade no segmento de pessoas economicamente ativas, diante disso cabe analisarmos se há uma maior geração de empregos no setor formal da economia cearense, que será analisando no subcapítulo a seguir.

3.2 Idoso no emprego formal no Ceará

De acordo com o IPECE a economia estadual superou a tendência da economia nacional em 2010, crescendo em relação ao ano anterior 7,9 % contra 7,5% da economia brasileira, contribuindo de forma contínua na participação do PIB nacional.

Tal resultado teve impacto positivo sobre o mercado de trabalho formal, que registrou a geração de milhares de empregos. De acordo com os dados da RAIS, o emprego formal cearense no período de 2000 e 2010 apresentou um saldo crescente, correspondente a uma geração de 634.699 de novos trabalhadores, relacionado a um crescimento da ordem de 91,83% no setor formal.

Houve uma expressiva geração de empregos entre idosos no Ceará em dez anos, apesar de ocorrer de forma tímida em relação aos outros grupos etários. Em 2000 eram em

torno de 7.009 trabalhadores dessa faixa etária no setor formal, enquanto em 2010 esse número aumentou de forma mais acentuada passado para 16.311 postos de trabalho.

A partir de dados da RAIS do período de 2000, 2005 e 2010, analisar-se-á a empregabilidade de idosos em nível estadual. Para uma maior simplificação na análise dos dados, este estudo será dividido por três grupos etários que são:

- Não idosos: correspondente aos trabalhadores com idade inferior a 49 anos
- Transição: constituída por trabalhadores de 50 a 64 anos
- Idosos: constituído por trabalhadores de idade igual ou superior a 65 anos.

Vale ressaltar algumas observações acerca deste estudo, pois devido à falta de maior desagregação da base de dados coletada, consideramos a faixa etária de 60 a 64 anos como grupo de transição, apesar de saber que no Brasil tal faixa etária é considerada idosa, além do mais as mulheres com idade de 55 anos já podem se aposentar no país apesar de não estar ainda na terceira idade.

Ao analisar os grupos etários na tabela 4 no período de 2000 e 2010, verifica-se que em termos de variação relativa, existe um maior destaque ao contingente de faixa etária idosa com crescimento de 132,7%, seguido do grupo de transição com 110,8% e por último os não idosos, representando um crescimento de 88,86%.

Tabela4 – Distribuição de emprego entre grupos de idade no Ceará 2000/2010

Grupo etário	2000	2010	VARIAÇÃO ABSOLUTA	VARIAÇÃO RELATIVA (%)
Não idoso	601.105	1.135.282	534.177	88,9%
Transição	82.605	174.192	91.587	110,9%
Idoso	7.009	16.311	9.302	132,7%
Total	691.093	1.325.792	634.699	91,8%

Fonte: Elaboração da própria autora a partir de dados da RAIS

Cabe salientar que nos dois períodos analisados, observando a porcentagem total entre os grupos etários, a maior parcela de emprego está direcionada ainda para os não idosos com respectivos 87% em 2000 e 86% em 2010, logo após vem o grupo de transição com respectivos 12% e 13 % e por último os idosos com apenas 1% em ambos os períodos.

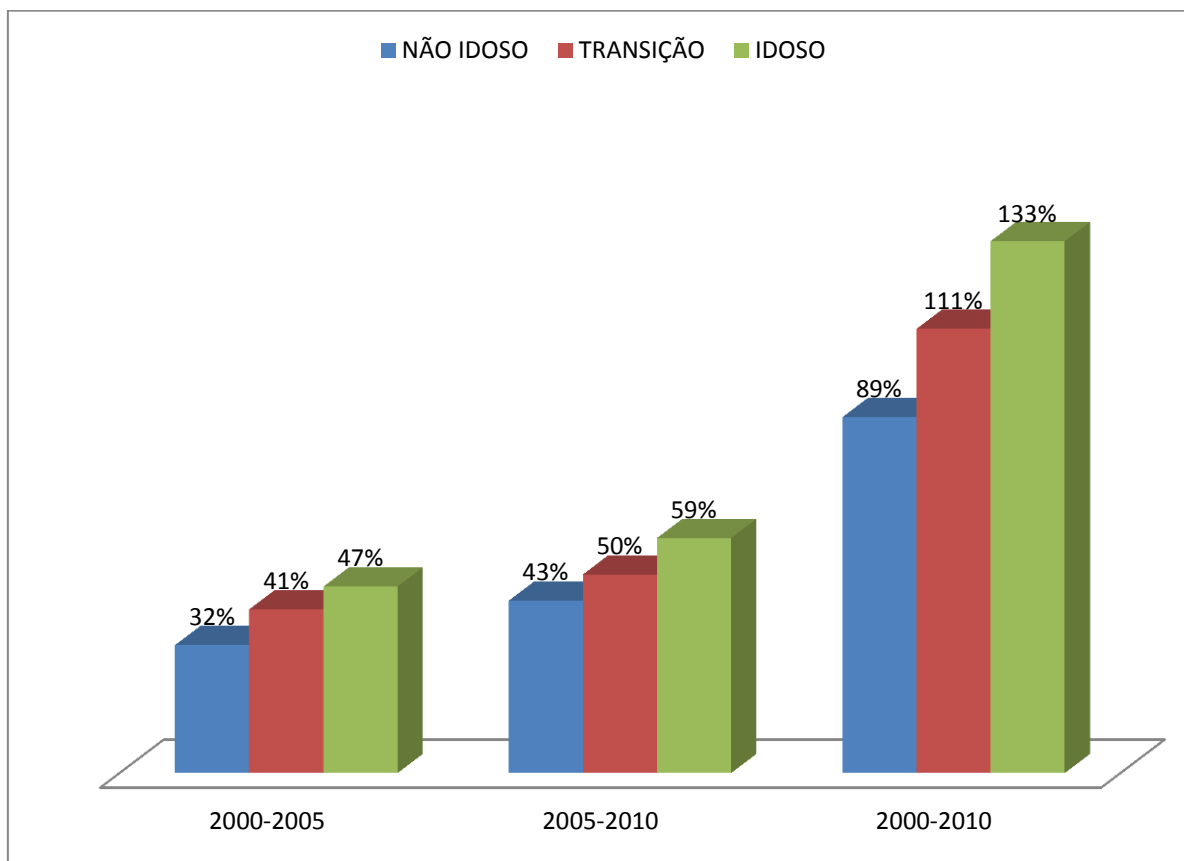
Gráfico 6 – Participação dos grupos de idade no emprego formal Cearense



Fonte: Elaboração da própria autora a partir de dados da RAIS.

O Gráfico 7 faz uma análise comparativa das taxas de crescimento entre os diversos períodos de tempo entre os grupos de idade. Percebe-se um crescimento de emprego para terceira idade no ano 2000- 2005, representado por 47%, passando para 59% em 2005-2010, enquanto no período de 2000-2010 esse crescimento representou aproximadamente 133%. Os outros grupos etários também tiveram taxas satisfatórias de crescimento, no entanto, representaram uma menor variação relativa em relação á faixa etária idosa.

Gráfico 7 - Taxa de crescimento do emprego entre faixas etárias no Ceará



Fonte: Elaboração da própria autora a partir de dados da RAIS.

A Tabela 5 faz uma maior desagregação sobre as informações relativas ao recorte cearense por faixa etária, nos mostrando uma elevação generalizada, com destaque, em termos relativos, para a faixa entre 65 anos ou mais (+132,71% ou +9302 mil postos) e de 50 a 64 anos (+110,87% ou 91587 mil postos). Em termos absolutos, o destaque coube à faixa de 30 a 39 anos (+169729 mil postos ou +77,54%) e 40 a 49 anos (+131644 mil empregos ou +90,05%).

Tabela 5- Número de empregos formais, variação absoluta e relativa, segundo faixa etária no Ceará 2000 e 2010.

Faixa Etária	2000	2010	Varição Absoluta	Varição Relativa
18 até 24 anos	117776	224911	107135	90,96%
25 até 29	115144	240226	125082	108,63%
30 até 39	218890	388619	169729	77,54%
40 até 49	146195	277839	131644	90,05%
50 até 64	82605	174192	91587	110,87%
≥65 anos	7009	16311	9302	132,71%
Total	691093	1325792	634699	91,84%

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da RAIS.²

Diante do significativo crescimento do saldo de empregos formais no estado, é importantíssimo analisar quais dentre as sete mesorregiões possuem maior evolução na participação de novos postos de trabalho nos períodos analisados. Observa-se que entre as mesorregiões, coube um maior destaque para a região metropolitana de fortaleza com uma geração de 412.741 mil novos postos de trabalho.

Percebe-se que nesta região, entre os grupos etários dos quais mais se destacam são os não idosos, com respectivos 338.452 mil novos empregos gerados na região metropolitana (ou 82% de participação), logo após vem o grupo de transição com 67.203 mil (16%) e por últimos os idosos com 7.400 mil empregos (ou 2%).

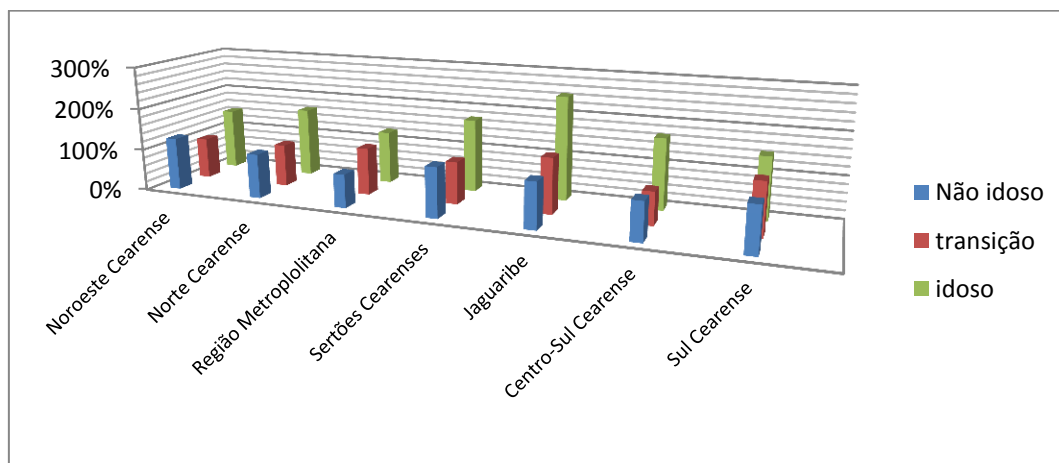
² Nota: No total foram incluídos os ignorados e aqueles com idade igual ou inferior á 17 anos.

Tabela 6 – Variação absoluta entre as mesorregiões no período de 2000 e 2010

Grupos	Noroeste Cearense	Norte Cearense	Região Metropolitana	Sertões Cearenses	Jaguaribe	Centro-Sul Cearense	Sul Cearense	Total
Não idoso	58.259	36.322	338.452	23.010	24.782	11.283	42.069	534.177
transição	5.783	4.394	67.203	3.596	3.186	1.665	5.760	91.587
idoso	423	395	7.400	267	294	130	393	9.302
total	64.455	41.101	412.741	26.859	28.254	13.079	48.210	634.699

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da RAIS.

O gráfico 8 ilustra as taxas de crescimento das mesorregiões cearenses, considerando o período analisado, pode-se perceber que o grupo etário constituído por os idosos foi o que mais cresceu em todas as sete mesorregiões. Cabendo um maior destaque à região do Jaguaribe (+ 247%), Sertões Cearenses (+175%), Centro–Sul Cearense (+169%). Logo após está o grupo de transição, que também cresceu de forma significativa, representando maior destaque no Jaguaribe (+132%), Sul-Cearense (+124%) e Região Metropolitana (+113%). O menor destaque coube para os não idosos com respectivos crescimento de 125% para o Noroeste Cearense, 119% para o Sertões Cearenses e Jaguaribe com uma taxa de 109%.

Gráfico 8- Taxa de crescimento do emprego entre as Mesorregiões entre 2000-2010

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da RAIS.

Quanto aos setores econômicos no Ceará, percebe-se uma maior presença de idosos na Administração Pública, em 2000 eram constituídos por 5.409 mil trabalhadores passando para 12.461 em 2010, representando um saldo positivo de 7052 mil empregos gerados nesse setor. Logo após vem o setor de Serviços com um saldo de +1630 mil empregos. Entre os setores menos dinâmicos para a terceira idade estão a Extrativismo Mineral (+10) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (+14), possuindo menor geração de postos de trabalho.

Cabe destacar que os grupos constituídos por não idosos e de transição possuem maior participação na geração de emprego no estado, enquanto a terceira idade ainda contribui de forma ínfima, apesar de haver uma evolução positiva nos dois períodos analisados.

Entre as atividades estaduais que mais se destacam entre os não idosos são o setor de serviços com um saldo de +148823 mil empregos, logo após, administração pública (+122197) e comércio (+107511).

Para os trabalhadores da fase de transição, percebe-se um maior número de postos de trabalho distribuídos na Administração Pública e Serviços com um saldo positivo de 43.573 mil e 25.774 mil, respectivamente.

Tabela7- Distribuição setorial entre os grupos de idade no Ceará 2000/2010

Ceará	Não idosos		Variação absoluta	Transição		Variação absoluta	Idosos		Variação absoluta
	2000	2010		2000-2010	2000		2010	2000	
Setores	2000	2010	2000-2010	2000	2010	2000-2010	2000	2010	2000-2010
Extr. mineral	2.403	2.239	-164	308	395	87	10	20	10
Ind. Transf.	138.218	237.506	99.288	5.903	13.381	7.478	255	469	214
Serv. Ind. Up.	5.271	5.372	101	1.177	1.752	575	49	63	14
Constr. civil	24.915	66.760	41.845	2.783	8.916	6.133	106	297	191
Comércio	90.141	197.652	107.511	4.121	11.505	7.384	220	390	170
Serviços	176.375	325.198	148.823	15.575	41.349	25.774	919	2.549	1.630
Adm. pública	157.836	280.033	122.197	51.625	95.198	43.573	5.409	12.461	7.052
Agropecuária	9.359	20.522	11.163	1.113	1.696	583	41	62	21
Outro/ign.	3	0	-3	0	0	0	0	0	0
Total	604.521	1.135.282	530.761	82.605	174.192	91.587	7.009	16.311	9.302

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da RAIS.

Considerando apenas o grupo idoso, pessoas com 65 anos ou mais, a tabela abaixo mostra a distribuição dessa faixa etária no período de 2000, 2005 e 2010 a nível estadual.

Verifica-se um grande predomínio de idosos na Administração Pública, sendo em média a atividade que mais se destacou nos três períodos representando 77,1% da média total dos três períodos, logo após está o de Serviços, possuindo em média 14,7%. Os setores menos satisfatórios para os trabalhadores idosos são em média o setor de Extração Mineral com 0,1%, Agropecuária e Serviços Industriais de Utilidade Pública, com 0,5 % em ambos.

Tabela 8 - Idosos com 65 anos ou mais entre setores no Ceará

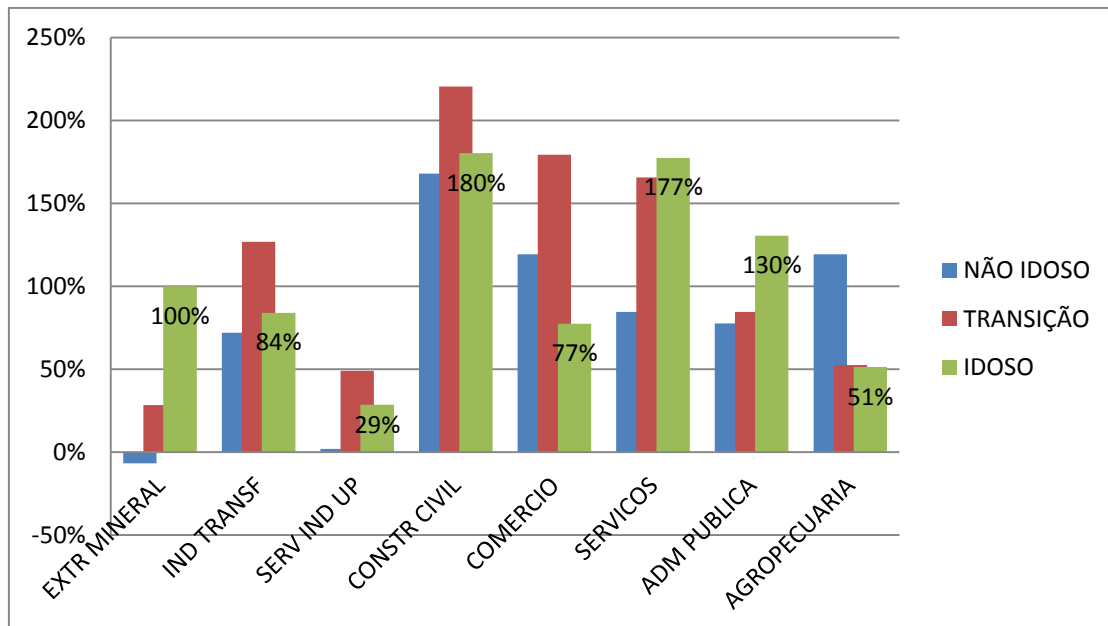
SET IBGE	2000	2005	2010	Média	Média%
1-EXTR MINERAL	10	11	20	13,67	0,1%
2-IND TRANSF	255	279	469	334,33	3,0%
3-SERV IND UP	49	60	63	57,33	0,5%
4-CONSTR CIVIL	106	102	297	168,33	1,5%
5-COMÉRCIO	220	258	390	289,33	2,6%
6-SERVIÇOS	919	1.467	2.549	1.645,00	14,7%
7-ADM PUBLICA	5.409	8.041	12.461	8.637,00	77,1%
8-AGROPECUARIA	41	57	62	53,33	0,5%
TOTAL	7.009	10.275	16.311	11.198,33	100,0%

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da RAIS

Analisando as taxas de crescimento setorial a nível estadual em 2000 e 2010 observa-se um maior dinamismo na Construção Civil, com uma geração de +220 % destinada aos trabalhadores com idade de transição, logo após a faixa etária idosa com +180% e por último os não idosos com + 168%.

A terceira idade vem destacando-se praticamente em todos os setores, possuindo maior proporção na Construção Civil, Serviços e Administração Pública. Os setores que menos se destacaram para essa faixa de idade foram o de Serviços Industriais de Utilidade Pública (crescimento de 29%) e Agropecuária (crescimento de 51%).

Gráfico 9 - Taxas de crescimento entre grupos de idade por setor no Ceará 2000/2010



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da RAIS

Ao observar a distribuição de idosos nos setores de atividade econômica no período de 2000 e 2010 nas mesorregiões do Ceará, observa-se que os setores como Administração Pública e Serviços são os que mais absorvem trabalhadores na terceira idade, praticamente em todas as sete mesorregiões do Ceará.

Vale também ressaltar que no caso da região dos Sertões Cearenses a participação da terceira idade na Administração Pública evoluiu de forma satisfatória, pois em 2000 sua participação era em torno de 69,93% passando para 87,62 em 2010. Esse aumento se deve a redução do peso da participação do setor de Comércio e Serviços, pois nos anos de 2000 estes representavam 12,42% e 11,11% respectivamente, enquanto no período de 2010 sua representatividade reduziu para 2,86% e 7,38% .

Na região Sul Cearense observa-se que houve uma redução da participação da terceira idade de 2000 para 2010, pois estes representavam 65,41% passando para 71,32%. Observa-se nessa mesma região um declínio da participação do setor de serviços, apesar deste ainda ser o segundo setor que mais emprega idosos nessa região, perdendo apenas para Administração Pública.

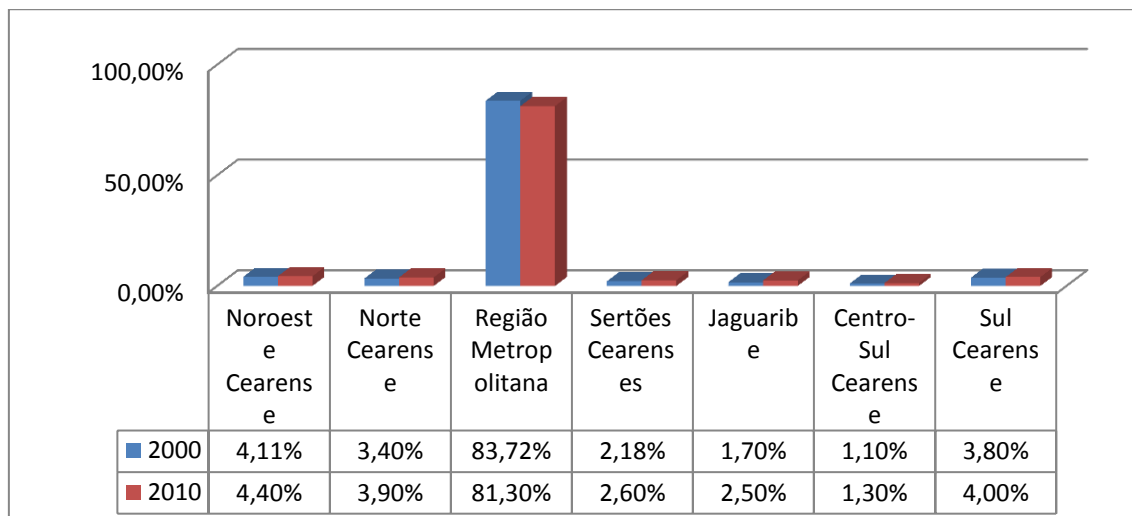
Tabela 9 - Porcentagem da Distribuição de idosos por setores na Mesorregião

Setores do ibge/ ano 2000	Noroeste Cearense	Norte Cearense	Região Metropolitana	Sertões Cearenses	Jaguaribe	Centro-Sul Cearense	Sul Cearense
EXTR MINERAL	1,39%	0,42%	0,09%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
IND TRANSF	6,60%	1,26%	3,36%	3,27%	6,72%	7,79%	6,39%
SERV IND UP	0,00%	0,42%	0,68%	1,96%	0,00%	0,00%	1,88%
CONSTR CIVIL	1,74%	0,00%	1,64%	0,00%	2,52%	0,00%	0,75%
COMERCIO	4,17%	2,52%	2,78%	12,42%	1,68%	7,79%	4,51%
SERVICOS	23,61%	13,87%	12,41%	11,11%	5,88%	12,99%	21,05%
ADM PUBLICA	62,15%	80,67%	78,49%	69,93%	80,67%	71,43%	65,41%
AGROPECUARIA	0,35%	0,84%	0,56%	1,31%	2,52%	0,00%	0,00%
Setores do ibge/ ano 2010	Noroeste Cearense	Norte Cearense	Região Metropolitana	Sertões Cearenses	Jaguaribe	Centro-Sul Cearense	Sul Cearense
EXTR MINERAL	0,00%	0,32%	0,08%	0,24%	0,24%	0,00%	0,91%
IND TRANSF	2,25%	4,27%	2,83%	0,48%	5,08%	1,93%	3,64%
SERV IND UP	0,70%	0,95%	0,29%	0,95%	0,73%	0,00%	1,06%
CONSTR CIVIL	0,56%	1,42%	2,00%	0,00%	0,97%	0,00%	2,28%
COMERCIO	2,39%	2,21%	2,24%	2,86%	1,21%	4,83%	5,31%
SERVICOS	28,97%	5,53%	16,17%	7,38%	2,66%	9,18%	15,33%
ADM PUBLICA	64,28%	83,73%	76,22%	87,62%	84,75%	83,57%	71,32%
AGROPECUARIA	0,84%	1,58%	0,18%	0,48%	4,36%	0,48%	0,15%

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da RAIS

A participação de idosos no total de atividades econômicas no período de 2000 e 2010 nas mesorregiões ainda é ínfima, em relação aos outros grupos etários. A maior parte de empregos direcionados aos idosos ainda é proveniente da Região Metropolitana representando em torno de 81,3% no período de 2010, sendo menor que no ano de 2000, onde estava por volta de 83,72%. As outras demais regiões juntas representaram aproximadamente 16,28% no início da década de 2000, já no último período analisado sua participação evoluiu para 18,7%, possuindo um maior destaque para a mesorregião do Noroeste Cearense e Sul Cearense.

Gráfico 10 - Distribuição da terceira idade nas mesorregiões do Ceará, no total de setores de atividade econômica no período de 2000 e 2010.



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da RAIS

Dentro desse contexto de crescimento do emprego formal da população idosa no Ceará, cabe analisar a região metropolitana, que possui um maior dinamismo econômico dentre as mesorregiões do Ceará. A tabela 10, evidência uma evolução no número de postos de trabalho para o grupo etário não idoso nos setores de atividade econômica tais como serviços, comércio e indústria de transformação. Enquanto para os demais grupos tais como de transição e os idosos, as atividades que mais cresceram são a Administração Pública e Serviços, e a que obtiveram queda foram setores como, Agropecuária e Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Tabela 10 – Número de Emprego na Região Metropolitana de Fortaleza

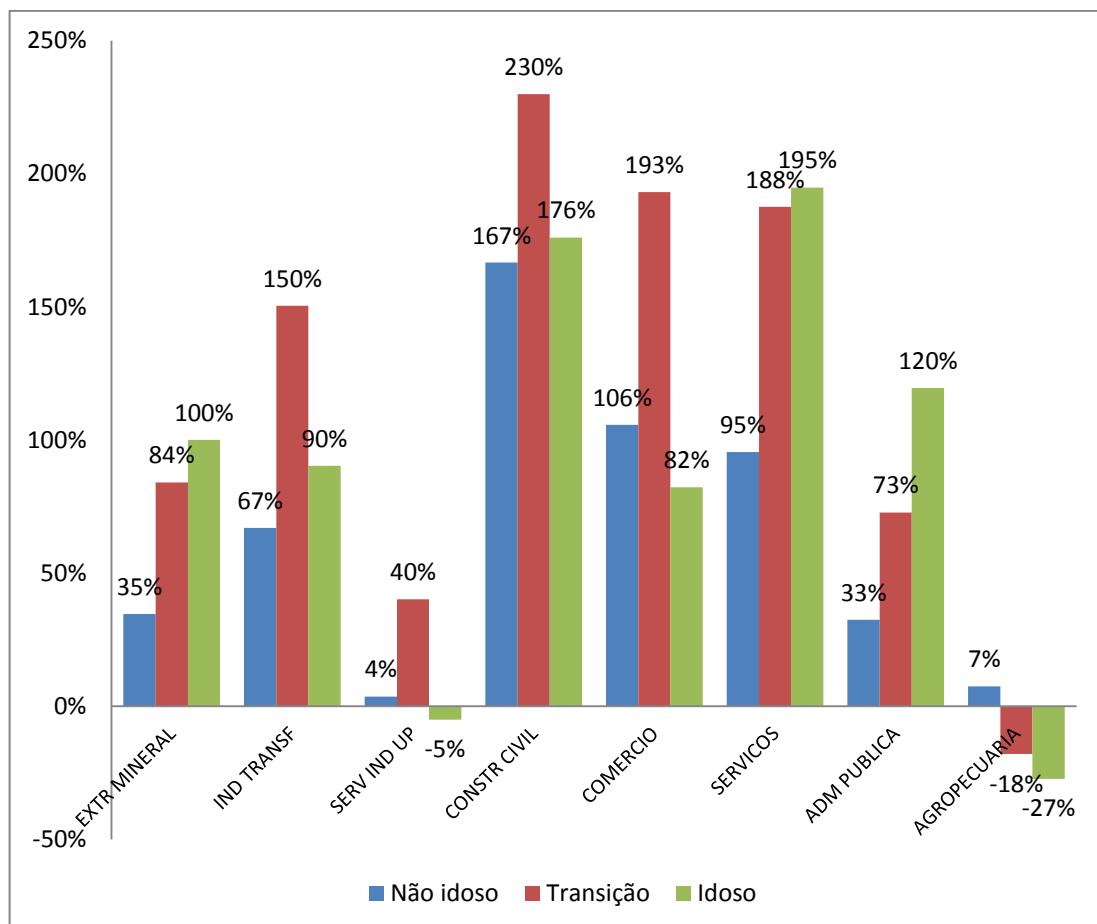
Região Metropolitana SETORES	2000			2010		
	Não idoso	Transição	Idoso	Não Idoso	Transição	Idoso
EXTR MINERAL	765	100	5	1.030	184	10
IND TRANSF	95.471	4.259	197	159.430	10.666	375
SERV IND UP	3.845	875	40	3.986	1.226	38
CONSTR CIVIL	21.115	2.345	96	56.288	7.736	265
COMERCIO	68.342	2.988	163	140.528	8.757	297
SERVICOS	144.389	12.348	728	282.224	35.509	21.46
ADM PUBLICA	87.762	35.959	4.606	116.288	62.129	10.113
AGROPECUARIA	4.954	725	33	5.322	595	24
OUTR/IGN	1	0	0	0	0	0
TOTAL	426.644	59.599	5.868	765.096	126.802	13.268

Fonte : Elaboração do próprio autora a partir de dados da RAIS.

De forma geral, no período de 2010, em relação à década anterior praticamente todas as atividades econômicas na região Metropolitana obtiveram crescimento, exceção da Agropecuária (com queda de 90,8%). O maior destaque coube à Construção civil com um crescimento de 172,9% nos períodos analisados. Cabe destacar que entre os grupos de idade que mais cresceram nos últimos dez anos dentro deste setor de Construção Civil foi o de transição com crescimento de 230%, logo após esta a terceira idade com 176% e por último, os não idosos com respectivos 167%.

As atividades que mais se destacaram obtendo maior geração de empregos para a terceira idade foi o de serviços com 195%, logo após a Construção Civil com 176% e Administração Pública com 120% de crescimento. Já os setores que menos se destacaram foram à Agropecuária com uma acentuada queda de 27%, e Serviços Industriais de Utilidade Pública com declínio de 5% na geração de emprego.

Gráfico 11 – Taxa Crescimento entre grupos idade na RMF em 2000 e 2010



Fonte: Elaboração da própria autora a partir de dados da RAIS.

De forma geral percebe-se que há uma evolução da participação dos números de idosos em atividades econômicas formais nos períodos analisados. Porém, ao analisar de forma isolada os períodos, percebe-se que tal distribuição não vem ocorrendo de forma acentuada, pois sua participação total ainda é pequena. Vale ainda destacar que em termos absolutos, a terceira idade está agrupada em atividades ligadas à Administração Pública, enquanto as demais atividades econômicas empregam poucos idosos.

Além do que, verifica-se que a maioria das atividades setoriais estão mais direcionadas, especificamente, para os indivíduos com idade inferior a sessenta e cinco anos, deixando uma pequena parcela de emprego para os trabalhadores com maior idade. Porém ao se analisar as taxas de crescimento verificam-se que os postos de trabalho direcionados a terceira idade foi o que mais cresceu no Ceará em relação aos demais grupos etários em dez anos.

3.3 Segregação no mercado de trabalho Formal: uma análise explanatória por idade.

No período da década de cinquenta surgiram os primeiros índices de segregação, com o estudo de Duncan e Duncan (1955) que caracterizam o conceito de segregação de uma forma mais simplificada (YWATA et al.,2011).

Segundo esses mesmos autores, o princípio de segregação surgiu nos Estados Unidos no final dos anos de 1940 e começo de 1950, com estudos de vários artigos no American Sociological Review. Tais índices focaram-se em dois grupos, pelo fato de que o país naquela época estava em um processo político e social de segregação racial (brancos e negros) e gênero (mulheres e homens).

O índice de dissimilaridade de Duncan e Duncan (1995) é obtido através de uma análise entre dois grupos distintos. Sendo utilizado para medir o grau de dispersão em único grupo, isso quer dizer, irá tenta mensurar a proporção da população no grupo que deveria trocar para outras áreas para que houvesse uma homogeneização da composição populacional.

Diante deste contexto será examinado a questão da terceira idade no setor formal cearense, analisando as sete mesorregiões do estado. Os dados utilizados para o cálculo da segregação são oriundos da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, que é um registro administrativo gerenciado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que fornece informações de empresas do setor formal a nível nacional.

Ao relacionar o idoso com o mercado de trabalho entra à tona um quadro de exclusão social e discriminatória. Tal processo é agravado com a evolução tecnológica e com a globalização, fazendo com que eles sejam de forma geral excluídos no processo de produção (MAGALHÃES, 2008).

Araújo e Ribeiro (2002) caracterizam o conceito de discriminação na sociedade:

A discriminação pode ser caracterizada tanto sob o ponto de vista social quanto econômico. Sob o ponto de vista econômico, a discriminação se processa quando não há uma avaliação correta dos diferentes custos e benefícios produtivos de cada pessoa, mas a partir de diferentes percepções que se tem dos indivíduos envolvidos. Os prejulgamentos induzem ações discriminatórias contra pessoas que se distinguem por características visíveis (gênero e raça, por exemplo, mas também “apresentação física”), antes mesmo que elas possam demonstrar suas reais capacidades produtivas (ARAÚJO; RIBEIRO 2002, p.197).

Ao mencionar a questão discriminatória, há a necessidade de definir métodos para identificar a sua presença, pois atualmente afirma-se que no mercado de trabalho os trabalhadores com produtividades equivalentes são tratados de forma diversa devido ao grupo que pertence (GALETE 2010).

Este índice será utilizado neste trabalho para mensurar a segregação ocupacional idosa. Usando como base o estudo de segregação por gênero de Galete (2010), este trabalho utilizará a mesma analogia para mensurar a segregação por idade. O índice de dissimilaridade será equivalente á metade da somatória das diferenças absolutas dos coeficientes de idosos (idade igual ou superior a 65 anos) e o de não idosos (neste caso os indivíduos abaixo de 65 anos de idade) representando em cada setor de atividade econômica.

Para calcular o índice de dissimilaridade, utilizou-se neste trabalho a mesma analogia utilizada por Riani [s.d], só que voltado mais especificamente para a segregação etária. Dado por:

$$D = \left| \frac{I_j}{I} - \frac{A_j}{A} \right| * 0,5 * 100$$

Onde D= Percentual de indivíduos de determinado grupo que deveriam trocar de ocupações para que tivesse a mesma distribuição etária entre os grupos em todos os setores de j.

I_j = É o grupo minoritário, constituído por indivíduos idosos, caracterizado por pessoas com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos no setor j.

I=número total de idosos no grupo minoritário

A_j = É o grupo majoritário, constituído por indivíduos com idade inferior a sessenta e cinco anos no setor j.

A = número total de pessoas com idade inferior a sessenta e cinco anos.

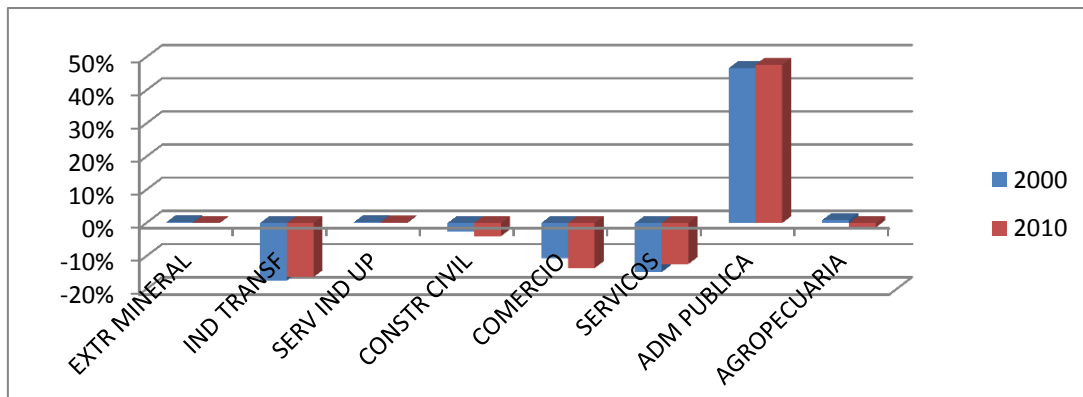
Este índice irá ressaltar a percentagem de idosos e não idosos que teriam que modificar suas ocupações para que pudesse obter uma distribuição igualitária entre os grupos etários, isso quer dizer uma integração completa.

O valor D irá variar entre zero a 100, havendo ausência de segregação se for igual á zero, ou seja, à população esta localizada de forma homogênea entre as áreas. Já quanto maior seu valor (mais próximo de 100), maior será segregação ocupacional, sendo menor a dispersão populacional (GALETE, 2010).

Isso quer dizer que quanto mais alto o valor de índice de dissimilaridade, a faixa etária constituída pelo grupo de idosos, estarão empregados tipicamente em ocupações inteiramente relacionadas á terceira idade e os não idosos estarão empregados em ocupações completamente relacionadas a atividades não idosas.

Ao se analisar a segregação ocupacional por idade, utilizando-se o índice de dissimilaridade os resultados nos evidenciaram, de forma aproximada, um aumento no valor do índice de 46,69% em 2000 para 47,74 % em 2010, havendo dessa forma, um maior grau relativo de segregação ocupacional por idade, no sentido de que 47,74% de cada grupo (idoso e demais grupos) teriam de modificar suas ocupações para que fosse obtido uma distribuição igualitária etária, alcançando uma integração completa no período de 2010. Isso ocorre devido ao fato de que a maioria dos setores tais como Indústria de Transformação, Comércio e Serviços empregam tipicamente uma proporção maior de não idosos, possuindo dessa forma um maior peso, enquanto a terceira idade esta mais alocada em um único setor, mais especificamente, na Administração Pública.

Gráfico 12 - Proporção de idosos em relação aos outros grupos etários em nível setorial cearense



Fonte: Elaboração da própria autora a partir de dados da RAIS

Ao se observar as mesorregiões do estado, verifica-se que a segregação entre os setores cresceu, o dinamismo da economia cearense nos últimos dez anos não conseguiu equiparar a proporção de empregos entre os indivíduos que possuem 65 anos ou mais com os trabalhadores com idade inferior a 65 anos, sendo assim mal distribuída a proporção de empregos entre os setores de atividade econômica. Observa-se ainda que a terceira idade esta mais segregada em determinada atividade o mesmo ocorrendo com os indivíduos que estão fora da terceira idade, sendo a proporção de empregos mais distribuída para os não idosos possuindo maior parcela da proporção de emprego nos três períodos analisados.

Vale destacar que dentre as regiões observadas, as que possuem um maior valor do índice de dissimilaridade são na Região Metropolitana e Região do Jaguaribe. O valor índice evidenciou que na região Metropolitana, houve um aumento da segregação ocupacional nos três períodos analisados. No ano de 2000 o índice estava em aproximadamente 53%, passando em 2005 para 56,40% e por fim chegando em 2010 em aproximadamente 56,20 %. Isso significa, que só no período de 2010, a distribuição de 56,20 % de cada grupo etário teria de mudar suas ocupações para que fosse alcançado uma distribuição igualitária etária entre os setores.

No caso do Jaguaribe percebe-se que o índice evoluiu de forma acentuada nos últimos dez anos. No ano 2000 seu valor estava em aproximadamente 38,5% passando para 42,9% em 2005 e chegando em 45,10% em 2010, evidenciando que os idosos estão cada vez mais segregados em certas atividades.

As Mesorregiões do Norte Cearense e Sul Cearense obtiveram declínio nos últimos dez anos, apesar de ter ocorrido um crescimento da segregação no ano de 2005 em relação a 2000, diferentemente do ano 2010 que foi observado declínio deste índice nessas duas regiões.

Cabe destacar que dentre as sete regiões em análise, a que obteve menor valor do índice foi a região dos Sertões Cearenses, apesar de que seu índice vem crescendo de forma acentuada nos últimos períodos analisados, nos evidenciando um aumento da segregação entre as atividades econômicas nesta região. No período do ano 2000, seu índice era em torno de 8%, havendo uma evolução deste, que passou em 2005 para aproximadamente 15% chegando por fim a 2010 em quase 22%.

Tabela 11 - Segregação ocupacional por idade nas Mesorregiões do Ceará

Região/ano	2000	2005	2010
Noroeste Cearense	30,70%	32,20%	34,6%
Norte Cearense	34,60%	35,70%	34,70%
Região Metropolitana	53%	56,40%	56,20%
Sertões Cearenses	8,30%	15,80%	21,60%
Jaguaribe	38,50%	42,90%	45,10%
Centro-sul Cearense	24,40%	21,50%	31,20%
Sul Cearense	32,80%	37,20%	34,70%

Fonte: Elaboração da própria autora a partir de dados da RAIS

Na tabela abaixo foi selecionado alguns dos setores do município de Fortaleza, que possui um maior dinamismo econômico dentre os municípios que fazem parte da Região Metropolitana. Foram selecionados alguns dos 84 setores³ de atividade econômica no ano de 2010.

³ Ver Anexo A

Tabela 12 - Setores de Atividade Econômica Selecionados em Fortaleza no Ano 2010

SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA	Não idoso (idade inferior á 65 anos)	65 ou mais	Proporção (Idoso - Não idoso)
COMÉRCIO VAREJISTA	92.976	186	-11,51%
CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	38.636	51	-5,00%
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	36.825	168	-3,79%
ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS	25.571	224	-1,75%
ALIMENTAÇÃO	23.348	40	-2,95%
TRANSPORTE TERRESTRE	19.425	100	-1,91%
COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	15.915	38	-1,92%
COMÉRCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	20.795	49	-2,51%
SERVIÇOS PARA EDIFÍCIOS E ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS	29.886	241	-2,22%
SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS	23.089	71	-2,66%
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	147.952	9.416	56,27%

Fonte: Elaboração da própria autora a partir de dados da RAIS

Ao se analisar a segregação ocupacional por idade, utilizando-se o índice de dissimilaridade os resultados nos evidenciaram, de forma aproximada, que seu valor foi de 56,77% em 2010, havendo dessa forma, um maior grau relativo de segregação ocupacional por idade, no sentido de que 56,77% de cada grupo (idoso e demais grupos) teriam de modificar suas ocupações para que fosse obtido uma distribuição igualitária etária, alcançando uma integração completa no período de 2010. Isso ocorre devido ao fato de que a maioria dos setores tais como Comércio Varejista, Confecção, Construção, Transporte e Serviços empregam tipicamente uma proporção maior de não idosos, possuindo dessa forma um maior peso, enquanto a terceira idade esta mais alocada em um único setor, mais especificamente, na Administração Pública.

Cabe destacar com o que já foi analisado até agora, que há de certa forma uma maior dificuldade na geração de emprego para pessoas com mais de 65 anos e que a distribuição setorial das atividades econômicas são feitas de forma heterógena entre os grupos de idade, dificultando a inclusão igualitária na proporção de emprego entre os trabalhadores.

4 CONCLUSÃO

Percebe-se que na atualidade o aumento da longevidade é uma tendência mundial em plena expansão. Tal processo terá impactos em diferentes óticas na sociedade tais como: economia, arranjos familiares, política e previdência.

É válido ressaltar que o processo de envelhecimento não é um caso isolado brasileiro, pois este processo vem ocorrendo em escala mundial. As projeções nos mostram que o Brasil está deixando de ser um país jovem e se tornando um país cada vez mais maduro.

Dentro desse contexto, tornam-se cada vez mais essenciais políticas públicas para maior amparo deste segmento populacional, diante de um contingente cada vez maior de contribuintes da previdência e os possíveis impactos sobre as gerações futuras.

Tal processo de envelhecimento demográfico vem trazendo mudanças na estrutura ocupacional do idoso, pois este participa de forma mais acentuada em relação a antigamente, fazendo com que este se reinsira no mercado de trabalho gerando o envelhecimento das pessoas economicamente ativas (PEA).

Ao analisar o idoso no mercado de trabalho formal cearense, os resultados nos mostraram que em 2010 houve um crescimento da taxa de participação da terceira idade em relação a década anterior. Entre as mesorregiões, o maior destaque coube a região Metropolitana de Fortaleza com maior geração de empregos formais.

Vale destacar que ao analisar o índice de segregação, verificou-se que tal crescimento não vem ocorrendo de forma homogênea entre os setores tanto a nível estadual como também entre as sete mesorregiões cearenses. Observa-se que boa parte da terceira idade está alocada na Administração Pública, ficando aquém as demais atividades econômicas. Apesar da maior participação do idoso no mercado de trabalho, percebe-se que de forma geral este ainda participa de forma ínfima, sendo ainda uma maior proporção de ocupações direcionadas aos não idosos.

Ao relacionar as relações de trabalho com a idade, percebe-se que a geração de postos de trabalho para pessoas idosas é minoria em relação aos que não são idosos. Diante disso cabe ainda destacar, que as empresas poderiam reanalisar as suas estratégias adotando uma nova postura, contratando um maior número de mão de obra mais idosa, pois estes

poderiam ajudar nos maiores ganhos de produtividade, com sua experiência e sabedoria auxiliando os trabalhadores com menos experiência.

Diante da complexidade deste tema, é de crucial importância analisar novas alternativas de inserção da terceira idade no mercado de trabalho, maiores pesquisas nessa área, criação de novos programas de apoio a este segmento etário, maiores investimentos do governo na saúde e na requalificação do idoso, para poder assim solucionar as possíveis repercussões futuras que o aumento da expectativa de vida poderá gerar não só para a economia brasileira como também a cearense.

REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2000, Coleção Primeiros Passos. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/qjohann/d/55152230-Livro-O-que-e-trabalho>>. Acesso 03 de jan. 2011.
- AZEVÊDO, Heliane Gomes de. **A inserção do idoso no mundo do trabalho estudo de caso: cooperativas de trabalho em belo horizonte/mg**. Belo Horizonte, 2008. Disponível em:<http://www.unihorizontes.br/novosite/banco_dissertacoes/121220111746253595.pdf>Acesso em: 03 de jan. 2011.
- ARAÚJO, V. F.; RIBEIRO, E. P. **Diferenciais de salários por gênero no Brasil: uma análise regional**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 33, n.2, abr.-jun. 2002. Disponível em:<http://www.ufrgs.br/PPGE/pcientifica/2001_11.pdf>. Acesso: 18 de mar. 2012.
- BARBOSA, E. , OLIVEIRA, J.,& SALES,. R.“**Perfil do idoso no mercado de trabalho do Ceará.**” Ceara, julho de 2009 . (Texto para discussão N°80). Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/textos_discussao/TD_80.pdf>Acesso em 2 de mar. 2011> .Acesso em 2 de mar. 2011.
- BELTRÃO, KaizôIwakami; CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. **Dinâmica populacional brasileira na virada do século XX**. Rio de Janeiro: IPEA, ago. 2004. Texto para Discussão, n.1.034. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2004/td_1034.pdf> Acesso em: 02 de ago. 2010.
- CAMARANO, Ana Amélia. **O Idoso Brasileiro no Mercado de Trabalho**. Texto para Discussão N° 830. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p.1-22.
- CAMARANO, A.A (org). **Os novos idosos brasileiros**. Muito além dos anos 60? IPEA, Rio de Janeiro, 2004.
- CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; CORSEUIL, C. H.; RAMOS, L.; Rangel, L. A.; FERREIRA, J.; SANTOS, M. P. G. **Comunicado da Presidência nº 31**. IPEA, 2009. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/nucleo/dados/09-10-01-comunicapresi-31-pnad2008-trabalho.pdf>>. Acesso em 03 de jan 2012.
- CAMARANO, A.A; KANSO, S.; MELLO, J. L. **Como vive o idoso Brasileiro. Os novos idosos brasileiros**. Muito além dos anos 60? IPEA, Rio de Janeiro, 2004.
- CAMARANO , A .A &Pasinato ,M. T. (2004) **Introdução**. In Camarano, A. A., editor, Os Novos Idosos Brasileiros Muito Além dos 60? IPEA, Rio de Janeiro.
- CHAHAD, José Paulo Zaetano. **Mercado de Trabalho: Conceitos Definições e Funcionamento**, in Diva Pinho e Marco A.S. Vasconcellos (orgs). Manual de Economia, São Paulo, Editora Saraiva, 2005.

CIMBALISTA, S. &RAFFAELLI, R.(2003). **Trabalho e Personalidade**. Caderno de Pesquisa interdisciplinar em Ciências Humanas, n. 54, 2003. Disponível em: <<http://www.pos.ufsc.br/arquivos/41010037/TextoCaderno54.pdf>>. Acesso 05 de fev. 2012.

DUNCAN, O. D.; DUNCAN, B. **A methodological analysis of segregation indices**. American Sociological Review, v. 20, p. 210-217, 1955.

DUTT-ROSS, Steven. **O comportamento econômico dos idosos brasileiros: evidências a partir de um modelo logit multinomial**. In: Encontro nacional de estudos populacionais: desafios e oportunidades do crescimento zero, 15. Anais... Caxambu, MG, 2006. Disponível em :<http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_525.pdf> . Acesso: 18 de mar. 2012

EHRENBERG, R.G. ;SMITH, R.S.: **A Moderna economia do trabalho: teoria e política pública**. São Paulo: Makron Books, 2000.

ESTATUTO DO IDOSO (Lei nº 10.741) Disponível em <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/estatuto_idoso.pdf>. Acesso: 15 de junho 2011.

FERNANDEZ, J. e Menezes, W. **O idoso no mercado de trabalho: uma análise a partir da Região Metropolitana de Salvador**. *Revista Econômica do Nordeste*, v.32, 52-67, 2001.

FREIRE, J. Jr; Medeiros C. N.; SULIANO, D. C.; CARVALHO, E. B. S.; MAGALHÃES, K. A.; TROMPIERI, N. Nt. **Entendendo Os Principais Indicadores Sociais E Econômicos**. Instituto De Pesquisa Econômica Do Ceara, Fortaleza, Ceará, 2010.

FURTADO, Adolfo. **A Participação do Idoso no Mercado de Trabalho Brasileiro**. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2005. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/publicacoes/estnottec/tema8/2004_13576.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2008, p.1-24.

GALETE, Rinaldo Aparecido. **Discriminação no mercado de trabalho formal: uma análise exploratória por gênero, a partir dos dados da relação anual de informações sociais – RAIS 2007**. RACE, Unoesc, v. 9, n. 1-2, p. 135-152, jan./dez. 2010.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD: 2009**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf>. Acesso em : 02 de ago. 2010.

_____, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=207>. Acesso em 02 de jan. 2011.

_____, **Projeção da População do Brasil por sexo e idade: 1980-2050 - Revisão 2008** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/piramide/piramide.shtm>. Acesso: 15 de junho de 2011.

_____, **Sala de imprensa: Projeção da População do Brasil**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=207>. Acesso: 15 de junho de 2011.

_____, **Series estatística & series histórica**. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=PD372&sv=19&t=grupos-de-idade-periodo-de-referencia-de-365-dias>>. Acesso em: 15 de junho de 2011.

_____, **Razão de dependência das crianças e dos idosos e índice de envelhecimento, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1980/2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/tabela17.shtm>. Acesso em: 15 de junho de 2011.

_____, **Pesquisa Mensal de Emprego**. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>. Acesso em: 15 de junho de 2011.

_____, **Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade Ceará. Sinopse dos Resultados do Censo 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?codigo=23>. Acesso em: 15 de junho de 2012.

_____, **Projeção da população**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/piramide/piramide.shtm>. Acesso em: 15 de junho de 2011.

IPECE INFORME. **Censo Demográfico 2010: Primeiros resultados**. IPECE, 2011. <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-informe/lpece_Informe_06_maior_2011.pdf>. Acesso : Acesso: 15 de junho de 2011.

KRELING, N. H. **Os idosos e as novas evidências nas relações com a família e com o trabalho**. In: WLTGEN, R. S.; GARCIA, L. S. (coord.). Transformações do mercado de trabalho metropolitano. 2002. p.97-120.

LEONE, E. ; BALTAR, P. **População ativa, mercado de trabalho e gênero na retomada do crescimento econômico (2004-2008)**. Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, MG, 2010. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_13/abep2010_2268.pdf>. Acesso: 18 de mar. 2012.

LIBERATO, Vânia Cristina. **A oferta de trabalho masculina 'pós-aposentadoria' Brasil Urbano – 1981/200**. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <http://cedeplar.ufmg.br/demografia/dissertacoes/2003/Vania_Liberato.pdf>. Acesso: 18 de mar. 2012.

MAGALHÃES, Maria Lúcia Cardoso. **A discriminação do trabalhador idoso - responsabilidade social das empresas e do estado**. Belo Horizonte, v.48, n.78, p.31-43, jul./dez.2008. Disponível em: http://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_78/maria_lucia_cardoso_magalhaes.pdf Acesso: Acesso: 15 de junho de 2011.

MORAES, Betânia et al. **A categoria trabalho em Marx e Engels: uma análise introdutória de sua legalidade onto-histórica.** *Arma da Crítica, Fortaleza*: Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO/UECE, v. 2, n. 2, p. 36-47, 2010.

Disponível em:

<http://www.armadacritica.ufc.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=9:artigos&Itemid=64>. Acesso de 03 de jan. 2011.

MORREIRA, M. M. **Envelhecimento da população brasileira: aspectos Gerais.** In: WONG, Laura Rodriguez (org.). *O Envelhecimento da população brasileira e o aumento da longevidade – subsídios para políticas orientadas ao bem estar do idoso.* Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR: ABEP, 2001. Cap. 1, p. 25-26.

MOUTINHO, Paulo; GOUVEA, Victor Hugo; KLAGSBRUNN, Victor Hugo. **Um indicador de qualidade do mercado de trabalho.** In: XIII ENCONTRO da Associação Brasileira De Estudos Populacionais, Minas Gerais, 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_TRB_ST42_Moutinho_texto.pdf>. Acesso em 2 de mar. 2011.

POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO. Disponível em

:<http://www.pucpr.br/ensino/proj_comunitario/documentos/POLITICA_NACIONAL_DO_IDOSO.pdf> Acesso: 15 de junho de 2011.

QUEIROZ, V. S., Ramalho, H. M. B., & Cavalcanti, G. A. (2008). **O emprego do idoso no mercado de trabalho: Evidências para o Brasil a partir da PNAD de 2005.** In *Anais do XIII Encontro Regional de Economia, Fortaleza.* ANPEC. Disponível: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2008/docs/o_emprego_do_idoso.pdf> Acesso: 15 de junho de 2011.

RAIS. Relação Anual de Informações Sociais. Disponível em :

<http://www.mte.gov.br/rais/default.asp#dados_estatisticas>. Acesso: 03 de ago. 2011.

RAMOS, Lauro. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais.** Rio de Janeiro: IPEA, jan. 2007. Texto para discussão n. 1034. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1255.pdf>. Acesso em 2 de mar. 2011

SANTOS, Vinicius Correia. **Da era fordista ao desemprego estrutural da força de trabalho: mudanças na organização da produção e do trabalho e seus reflexos.** VI Colóquio Internacional Marx e Engels. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/cemarx/coloquio/Docs/gt9/Mesa1/da-era-fordista-ao-desemprego-estrutural-.pdf>>. Acesso em 03 de jan 2011.

TIBÚRCIO, Luis. **Educação e trabalho capitalista: perspectiva histórica e ideias dominantes.** *Análise Social*, 57, 179-186, 1979. Disponível em:

<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223989790Q1eMW6uz3Hw97HS5.pdf>> Acesso em: 03 de jan. 2011

VIANA, Marcela. **Formação/qualificação dos trabalhadores polivalentes no sistema de produção toyotista.**

Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/marcelavianna.pdf>>. Acesso em 03 de jan 2012.

YWATA, A.X.C; LAURETO, C.R; PENA, M.G; ALBURQUERQUE, P.H.M.; RODRIGUES, W. Jr. **Um estudo das metodologias e funcionalidades dos índices de segregação espacial.** Rio de janeiro. IPEA, 2011. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1655.pdf > Acesso em: 03 de jan. 2012.

ANEXO A

	Setores de atividade econômica no município de Fortaleza	Não idoso	65 ou mais	Proporção (Idoso - Não idoso)
1	AGRICULTURA, PECUÁRIA E SERVIÇOS RELACIONADOS	1688	9	-0,16%
2	PRODUÇÃO FLORESTAL	6	0	0,00%
3	PESCA E AQUICULTURA	56	0	-0,01%
4	EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	3	0	0,00%
5	EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS	259	4	0,00%
6	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	12.242	38	-1,41%
7	FABRICAÇÃO DE BEBIDAS	2399	13	-0,23%
8	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FUMO	105	1	-0,01%
9	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS	3.699	20	-0,35%
10	CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	38.636	51	-5,00%
11	PREPARAÇÃO DE COURO E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO, ARTIGOS PARA VIAGEM E CALÇADOS	4.313	2	-0,59%
12	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA	866	4	-0,09%
13	FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL	639	1	-0,08%
14	IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES	2100	6	-0,25%
15	FABRICAÇÃO DE COQUE, DE PRODUTOS DERIVADOS DO PETRÓLEO E DE BIOCOMBUSTÍVEIS	989	12	-0,04%
16	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	885	8	-0,06%
17	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	517	3	-0,05%
18	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLÁSTICO	1544	4	-0,18%
19	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS	1341	4	-0,16%
20	METALURGIA	330	6	0,00%
21	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2881	15	-0,28%
22	FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICOS E ÓPTICOS	526	0	-0,07%
23	FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS	1205	2	-0,15%
24	FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	928	2	-0,11%
25	FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS	580	0	-0,08%
26	FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES	1147	12	-0,06%
27	FABRICAÇÃO DE MÓVEIS	1636	4	-0,20%
28	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS	1118	4	-0,12%
29	MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1380	5	-0,15%
30	ELETRICIDADE, GÁS E OUTRAS UTILIDADES	1201	5	-0,13%
31	CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	978	21	0,03%

32	ESGOTO E ATIVIDADES RELACIONADAS	11	0	0,00%
33	COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS; RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS	2787	12	-0,29%
34	DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS	27	0	0,00%
35	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	36.825	168	-3,79%
36	OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	14.990	59	-1,62%
37	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO	9.009	29	-1,03%
38	COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	15.915	38	-1,92%
39	COMÉRCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	20.795	49	-2,51%
40	COMÉRCIO VAREJISTA	92.976	186	-11,51%
41	TRANSPORTE TERRESTRE	19.425	100	-1,91%
42	TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	396	14	0,06%
43	TRANSPORTE AÉREO	846	3	-0,09%
44	ARMAZENAMENTO E ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES	3.597	8	-0,44%
45	CORREIO E OUTRAS ATIVIDADES DE ENTREGA	3.345	10	-0,39%
46	ALOJAMENTO	4.528	12	-0,54%
47	ALIMENTAÇÃO	23.348	40	-2,95%
48	EDIÇÃO E EDIÇÃO INTEGRADA À IMPRESSÃO	2.554	30	-0,11%
49	ATIVIDADES CINEMATOGRAFICAS, PRODUÇÃO DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO; GRAVAÇÃO DE SOM E EDIÇÃO DE MÚSICA	604	2	-0,07%
50	ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO	1.763	20	-0,08%
51	TELECOMUNICAÇÕES	1.739	5	-0,20%
52	ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4.292	18	-0,45%
53	ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO	570	1	-0,07%
54	ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS	9.195	36	-0,99%
55	SEGUROS, RESSEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE	2.132	17	-0,16%
56	ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVIÇOS FINANCEIROS, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE	1.190	5	-0,13%
57	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	2.202	24	-0,11%
58	ATIVIDADES JURÍDICAS, DE CONTABILIDADE E DE AUDITORIA	4.590	17	-0,50%
59	ATIVIDADES DE SEDES DE EMPRESAS E DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL	2.732	6	-0,33%
60	SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA; TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS	2.845	21	-0,23%
61	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	590	4	-0,05%
62	PUBLICIDADE E PESQUISA DE MERCADO	1.039	1	-0,14%
63	OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	1.467	73	0,39%
64	ATIVIDADES VETERINÁRIAS	39	0	-0,01%
65	ALUGUÉIS NÃO-IMOBILIÁRIOS E GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS	6.747	38	-0,64%
66	SELEÇÃO, AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	26.601	164	-2,39%
67	AGÊNCIAS DE VIAGENS, OPERADORES TURÍSTICOS E SERVIÇOS DE RESERVAS	1.213	2	-0,15%
68	ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E INVESTIGAÇÃO	10.380	23	-1,27%
69	SERVIÇOS PARA EDIFÍCIOS E ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS	29.886	241	-2,22%
70	SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS SERVIÇOS	23.089	71	-2,66%

PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS				
71	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	147.952	9.416	56,27%
72	EDUCAÇÃO	34.286	578	-0,08%
73	ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA	20.210	158	-1,54%
74	ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA INTEGRADAS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL, PRESTADAS EM RESIDÊNCIAS COLETIVAS E PARTICULARES	497	1	-0,06%
75	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO	1.430	7	-0,14%
76	ATIVIDADES ARTÍSTICAS, CRIATIVAS E DE ESPETÁCULOS	293	0	-0,04%
77	ATIVIDADES LIGADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL	3	0	0,00%
78	ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE AZAR E APOSTAS	63	0	-0,01%
79	ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE RECREAÇÃO E LAZER	2.485	26	-0,14%
80	ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS	25.571	224	-1,75%
81	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO E DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	2.440	8	-0,28%
82	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS	5.523	5	-0,73%
83	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	66	0	-0,01%
84	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	4	0	0,00%
	Total	713.299	12.226	ID=0,567621470454037 ou 56,77%

